



## Relatório & Contas 2022

da

LMCAPITAL WEALTH MANAGEMENT – EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to consist of several overlapping loops and lines.

## Índice

I.	SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES .....	3
II.	RELATÓRIO DE GESTÃO.....	4
1.	INTRODUÇÃO .....	4
2.	INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL .....	5
2.1.	Constituição da Sociedade .....	5
2.2.	Serviços oferecidos pela LMcapital .....	5
3.	ESTRUTURA .....	7
3.1.	Estrutura acionista da Sociedade .....	7
3.2.	Órgãos Sociais .....	8
4.	MODELO DE NEGÓCIO .....	8
5.	ANÁLISE DE MERCADO.....	9
6.	ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO .....	12
7.	PERSPETIVAS PARA 2023 .....	14
8.	ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2022 .....	16
9.	SUSTENTABILIDADE.....	19
10.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	20
11.	GESTÃO DE RISCOS.....	21
12.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	21
13.	NOTAS FINAIS.....	21
III.	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO .....	22
IV.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS.....	23
V.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS .....	73
VI.	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	76



I. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES

(montantes expressos em euros)

<b>BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL</b>	<b>31-12-2022</b>	<b>31-12-2021</b>
Ativo Líquido	6 553 639	6 664 220
Capital Próprio	5 413 975	5 085 150
Capital e Outros instrumentos de Capital	1 250 000	1 250 000
Margem Financeira	2 303	(5 636)
Comissões Líquidas	6 070 723	6 152 063
Resultados de Operações Financeiras e Cambiais (líquidas)	(80 749)	(2 303)
Outros Resultados de Exploração	(6 134)	(5 162)
Produto Bancário	5 986 143	6 138 962
Custos com Pessoal	(1 914 157)	(1 907 662)
Gastos Gerais Administrativos	(986 304)	(918 966)
Depreciações e Amortizações	(413 102)	(403 196)
Resultado do Exercício	1 988 217	2 212 522

**EXTRAPATRIMONIAIS**

Valores sob Gestão	992 139 678	1 099 225 802
Responsabilidade potencial - Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)	972 815	939 434

**INDICADORES DE ATIVIDADE**

Total de portefólios	373	360
Total de portefólios na atividade de gestão de carteiras	372	359
Atividade de gestão de carteiras	99,73%	99,72%
Colaboradores	16	15

## II. RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1. INTRODUÇÃO

A LMcapital Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A. (LMcapital ou Sociedade) iniciou a sua atividade como Sociedade Gestora de Patrimónios, em 1 de junho de 2018, desenvolvendo as atividades de gestão de carteiras pertencentes a terceiros e consultoria em matéria de investimentos.

No dia 1 de fevereiro de 2022, entrou em vigor o Regime das Empresas de Investimento (“REI”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-H/2021, de 10 de dezembro (“DL 109-H/21”), o qual foi pronta e integralmente adotado pela Sociedade. A partir desta data e conforme definido no referido Decreto-Lei, a Sociedade alterou a sua denominação social de “Sociedade Gestora de Patrimónios” para “Empresa de Investimento”.

Com a adoção do REI, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”) passou a ser a autoridade competente para supervisionar, fiscalizar e aplicar as normas relativas aos requisitos prudenciais e à supervisão prudencial da Sociedade, o que até essa data era uma função partilhada com o Banco de Portugal (“BdP”).

Desde a sua constituição, a LMcapital tem a ambição de se destacar pela constante inovação e defesa dos interesses dos seus clientes, procurando soluções que permitam preservar o património destes, de forma alinhada com os seus objetivos. Num mundo cada vez mais competitivo, desafiante e em constante mudança, é crítico cultivar a inovação e a criatividade, numa busca permanente pelo conhecimento e pela capacidade de transformação.

O principal objetivo da Sociedade prende-se igualmente com a implementação de uma gestão de patrimónios flexível, transparente e independente, tendo por base o perfil de investidor de cada cliente e respeitando rigorosos critérios de diversificação, liquidez e risco. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Sociedade no mercado português, e com o objetivo de assegurar a salvaguarda dos instrumentos financeiros mantidos por conta dos clientes, a Sociedade avalia com elevada diligência os seus custodiantes, considerando a sua capacidade técnica, a sua reputação no mercado e o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares relativos à detenção de instrumentos financeiros de clientes por essas entidades. Desta forma, o St. Galler Kantonalbank AG (“SGKB”) permanece um custodiante de referência e de extrema importância, na medida em que o SGKB, é um Banco com elevada solidez financeira, com rating Aa2 da Moody's e um rácio *Core Tier I* de 15,8%. O SGKB foi fundado em 1868, cotado na Bolsa Suíça desde 2001, e detido em 51% pelo cantão de St. Gallen.

Em 31 de dezembro de 2022, das 372 carteiras inseridas na atividade de gestão de carteiras, com um total de ativos de 992 139 678 euros, 99,40% deste valor encontrava-se sob custódia junto do SGKB.

O ano de 2022 ficará marcado por uma guerra no coração da Europa, pelo ressurgimento da inflação e como consequência a alteração do ciclo da política monetária.

Desta forma, o ano de 2023 será um ano desafiante para a Sociedade e para a generalidade da indústria de gestão de ativos, motivado essencialmente por um enquadramento macroeconómico e geopolítico adverso. Contudo, surgem também novas oportunidades de investimento com baixo risco e retornos atrativos, sobretudo no mercado obrigacionista. O aumento das taxas de juro trouxe perspetivas de futuro bastante otimistas para quem investe em dívida *investment grade*. Para os investidores com dificuldades em lidar com a volatilidade do mercado de ações, ou que apreciam ativos geradores de rendimento periódico, a classe de ativos obrigacionista poderá voltar a ser uma solução concreta.

O ano de 2023 será igualmente marcado pela procura por soluções de investimento que atentem fatores ambientais, sociais e de governação (ESG, no acrónimo inglês), relativamente aos quais a Sociedade procurará estar alinhada com as expectativas de cada um dos nossos clientes.

A Sociedade continua, em 2023, determinada em encontrar oportunidades de investimento que permitam a maximização do retorno das carteiras dos seus clientes e no desenvolvimento da nossa equipa, através da formação contínua que permita um desenvolvimento profissional e pessoal adequado às regras regulamentares aplicáveis à atividade da Sociedade.

## 2. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

### 2.1. Constituição da Sociedade

A LMcapital tem a sua sede na Avenida da Liberdade, 190 – 5.º A, 1250-147 Lisboa, com o capital social de 1 250 000 euros, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de registo e pessoa coletiva 514 389 591.

### 2.2. Serviços oferecidos pela LMcapital

A Sociedade desenvolve, em observância do disposto no artigo 1.º, n.ºs 1 a 3 do Regime das Empresas de Investimento, as atividades de gestão de carteiras pertencentes a terceiros, bem como a consultoria em matéria de investimentos. Neste âmbito, são prestados os seguintes serviços:

### **Gestão de carteiras**

No âmbito da atividade de gestão de carteiras, a Sociedade tem duas linhas de produtos: a gestão discricionária e a gestão de carteiras personalizada.

Tanto a gestão discricionária como a gestão de carteiras personalizada são da responsabilidade do Departamento de Investimentos, tendo por base *model portefólios* adequados, devidamente ajustados aos diferentes perfis/estratégias de risco existentes.

A gestão de carteiras personalizada diferencia-se da gestão discricionária, na medida em que permite a inclusão de instrumentos financeiros específicos, satisfazendo objetivos de investimento de determinados clientes, tendo sempre em consideração o respetivo perfil de risco associado ao investidor.

### **Serviços de consultoria de investimento**

Os serviços de consultoria de investimento são prestados pelos gestores comerciais, os quais estão registados junto da CMVM como consultores de investimento qualificados para o exercício da função. À semelhança do ocorrido na atividade de gestão de carteiras e para os clientes que optem pelos serviços de consultoria em matéria de investimentos, é também determinado um perfil/estratégia de investimento tendo em consideração as disposições legais existentes, bem como a Política de Investimentos adotada pela Sociedade para este efeito.

### **Prestação de serviços de informação consolidada do património**

A Sociedade presta ainda um serviço adicional intitulado prestação de serviços de informação consolidada do património. Este serviço visa a preparação de um relatório com a informação consolidada de todas as contas bancárias e de custódia de instrumentos financeiros, das quais o Cliente é titular, independentemente da geografia, do número total de bancos ou de custodiantes, com o peso relativo de cada ativo e classes de ativos no património global.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registava 1 cliente na atividade de prestação de serviços de informação consolidada do património.

No quadro abaixo, apresenta-se o total de ativos associados a cada um dos serviços prestados pela Sociedade, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.



(montantes expressos em milhares de euros)

Tipo de atividade / Serviço	%	Total de Ativos em 31-12-2022	Total de Ativos em 31-12-2021
Gestão de carteiras	95,2%	992 140	1 099 226
Prestação de serviços de informação consolidada do património	4,8%	49 553	60 590
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>1 041 693</b>	<b>1 159 816</b>

O serviço de gestão de carteiras representa 95,2% da atividade da LMcapital.

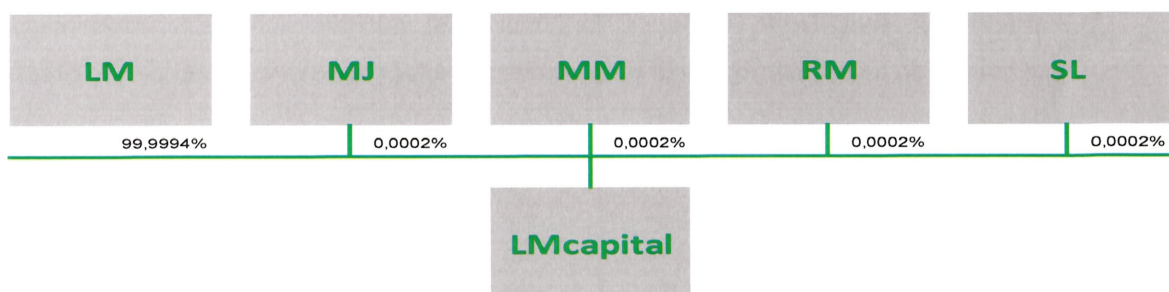
### 3. ESTRUTURA

#### 3.1. Estrutura acionista da Sociedade

A LMcapital foi constituída em 1 de junho de 2018, com um capital social de 650 000 euros, procedendo ao seu aumento em julho de 2021, passando este a ser de 1 250 000 euros, representado por um milhão e duzentas e cinquenta mil ações nominativas com valor nominal de 1 euro cada. A Sociedade encontra-se constituída sob a forma jurídica de Sociedade Anónima, em conformidade com o normativo legal aplicável, tendo 5 acionistas em 31 de dezembro de 2022, com as percentagens de participação a seguir indicadas:

- a) Lopes Marques- Consultadoria, Lda. com sede em Lisboa, doravante designada por “LM”
- b) Majestiknumber, Lda., com sede em Lisboa, doravante designada por “MJ”
- c) Miguel Ângelo Fraga Lopes Marques, doravante designado por “MM”
- d) Rita Amado de Albuquerque Rodrigues Lopes Marques, doravante designada por “RM”
- e) Sílvia Maria Brito Leal, doravante designada por “SL”

#### Organograma da estrutura acionista da Sociedade



### 3.2. Órgãos Sociais

Na data de referência do presente relatório, a Sociedade é constituída pelos seguintes órgãos:

#### **Assembleia Geral**

Carlos Manuel Teixeira Osório de Castro (Presidente)

Pedro Cassiano Santos (Secretário)

#### **Conselho de Administração**

Miguel Ângelo Fraga Lopes Marques (Presidente)

Sílvia Maria Brito Leal (Vogal)

Patrique Berdion da Cunha Fernandes (Vogal)

#### **Conselho Fiscal**

José Leite Monteiro (Presidente)

Pedro Miguel Branco Domingues de Abreu Rocha (Vogal)

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões (Vogal)

#### **Revisor Oficial de Contas**

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

## 4. MODELO DE NEGÓCIO

O serviço de gestão de carteiras prestado pela Sociedade assenta nos princípios e normas consagradas nos diplomas legais que enquadram a sua atividade, nomeadamente:

- Definição em conjunto com o cliente da estratégia de investimento, nomeadamente os objetivos a atingir, assim como o horizonte de investimento.
- Avaliação da situação do cliente, conhecimentos do mercado financeiro, capacidade financeira, expectativas de investimento, sendo posteriormente selecionado o modo de gestão pretendido para os ativos.
- Diversificação de carteiras e estratégia de retorno. Observância dos mais elevados padrões de qualidade, o que se traduz nomeadamente no acompanhamento permanente do cliente por um gestor especializado, com soluções adequadas às necessidades específicas de cada cliente e recomendações de investimento adaptadas ao perfil e estratégia de cada investidor.

- Atribuição ao *Compliance Officer* das funções de criação, desenvolvimento e revisão de políticas e procedimentos para prevenção de condutas ilegais, impróprias e eticamente incorretas, bem como de análise da informação respeitante a clientes – *KYC* (“*know your customer*”) – como parte do processo de decisão sobre a abertura de contas de clientes, autorizando ou recusando o início de relação.

Os portefólios da LMcapital assentam numa política de arquitetura aberta, evitando assim qualquer conflito de interesses, sendo o objetivo principal da gestão a preservação de capital dos seus clientes. Os referidos portefólios são constituídos por linhas individualizadas de títulos, tanto de ações como de obrigações, *Exchange-Traded Funds (ETF’s)* e fundos de investimento. A seleção de fundos de investimento consiste na escolha da classe mais vantajosa para o cliente, ou seja, na possibilidade de maior retorno com menor custo.

## 5. ANÁLISE DE MERCADO

O ano de 2022 ficará marcado por uma série de eventos que resultaram numa enorme instabilidade política, económica e social em todo o mundo, enquanto a pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 ainda persistia.

Em fevereiro de 2022 a Rússia invadiu a Ucrânia, a crise energética surge como uma nova ameaça, a inflação e as taxas de juro sobem vertiginosamente, os Bancos Centrais inverteram os ciclos das suas políticas monetárias e a China manteve uma política de COVID Zero durante quase todo o ano para se proteger.

Todos estes eventos originaram uma tempestade nos mercados financeiros, com as componentes acionista e obrigacionista a apresentarem quedas simultâneas de dois dígitos, algo inédito na história. No mercado obrigacionista, em particular, as quedas observadas foram abruptas e mesmo superiores às do mercado acionista.



Gráfico 1 – Quedas históricas do mercado acionista e obrigacionista, representados respetivamente pelos Índices S&P500 e Bloomberg Global Aggregate

Fonte: LMcapital



Para um portfólio com alocação de 60% a ações e 40% a obrigações, este é o pior ano desde 1928 e o único em que o Índice S&P500 e a dívida soberana dos Estados Unidos a 10 anos caíram mais de 10% em simultâneo.

S&P 500, US 10-Year Treasury, and 60/40 Portfolio (Total Returns, 1928 - 2022)																			
Year	S&P	10-Yr	60/40	Year	S&P	10-Yr	60/40	Year	S&P	10-Yr	60/40	Year	S&P	10-Yr	60/40	Year	S&P	10-Yr	60/40
1928	43.8%	0.8%	26.6%	1947	5.2%	0.9%	3.5%	1966	-10.0%	2.9%	-4.8%	1985	31.2%	25.7%	29.0%	2004	10.9%	4.5%	8.3%
1929	-8.3%	4.2%	-3.3%	1948	5.7%	2.0%	4.2%	1967	23.8%	-1.6%	13.6%	1986	18.5%	24.3%	20.8%	2005	4.9%	2.9%	4.1%
1930	-25.1%	4.5%	-13.3%	1949	18.3%	4.7%	12.8%	1968	10.8%	3.3%	7.8%	1987	5.8%	-5.0%	1.5%	2006	15.8%	2.0%	10.3%
1931	-43.8%	-2.6%	-27.3%	1950	30.8%	0.4%	18.7%	1969	-8.2%	-5.0%	-7.0%	1988	16.6%	8.2%	13.3%	2007	5.5%	10.2%	7.4%
1932	-8.6%	8.8%	-1.7%	1951	23.7%	-0.3%	14.1%	1970	3.6%	16.8%	8.8%	1989	31.7%	17.7%	26.1%	2008	-37.0%	20.1%	-14.2%
1933	50.0%	1.9%	30.7%	1952	18.2%	2.3%	11.8%	1971	14.2%	9.8%	12.4%	1990	-3.1%	6.2%	0.6%	2009	26.5%	-11.1%	11.4%
1934	-1.2%	8.0%	2.5%	1953	-1.2%	4.1%	0.9%	1972	18.8%	2.8%	12.4%	1991	30.5%	15.0%	24.3%	2010	15.1%	8.5%	12.4%
1935	46.7%	4.5%	29.8%	1954	52.6%	3.3%	32.9%	1973	-14.3%	3.7%	-7.1%	1992	7.6%	9.4%	8.3%	2011	2.1%	16.0%	7.7%
1936	31.9%	5.0%	21.2%	1955	32.6%	-1.3%	19.0%	1974	-25.9%	2.0%	-14.7%	1993	10.1%	14.2%	11.7%	2012	16.0%	3.0%	10.8%
1937	-35.3%	1.4%	-20.7%	1956	7.4%	-2.3%	3.6%	1975	37.0%	3.6%	23.6%	1994	1.3%	-8.0%	-2.4%	2013	32.4%	-9.1%	15.6%
1938	29.3%	4.2%	19.3%	1957	-10.5%	6.8%	-3.6%	1976	23.8%	16.0%	20.7%	1995	37.6%	23.5%	31.9%	2014	13.7%	10.7%	12.5%
1939	-1.1%	4.4%	1.1%	1958	43.7%	-2.1%	25.4%	1977	-7.0%	1.3%	-3.7%	1996	23.0%	1.4%	14.3%	2015	1.4%	1.3%	1.3%
1940	-10.7%	5.4%	-4.2%	1959	12.1%	-2.6%	6.2%	1978	6.5%	-0.8%	3.6%	1997	33.4%	9.9%	24.0%	2016	12.0%	0.7%	7.5%
1941	-12.8%	-2.0%	-8.5%	1960	0.3%	11.6%	4.9%	1979	18.5%	0.7%	11.4%	1998	28.6%	14.9%	23.1%	2017	21.8%	2.8%	14.2%
1942	19.2%	2.3%	12.4%	1961	26.6%	2.1%	16.8%	1980	31.7%	-3.0%	17.8%	1999	21.0%	-8.3%	9.3%	2018	-4.4%	0.0%	-2.6%
1943	25.1%	2.5%	16.0%	1962	-8.8%	5.7%	-3.0%	1981	-4.7%	8.2%	0.5%	2000	-9.1%	16.7%	1.2%	2019	31.5%	9.6%	22.7%
1944	19.0%	2.6%	12.4%	1963	22.6%	1.7%	14.2%	1982	20.4%	32.8%	25.4%	2001	-11.9%	5.6%	-4.9%	2020	18.4%	11.3%	15.6%
1945	35.8%	3.8%	23.0%	1964	16.4%	3.7%	11.3%	1983	22.3%	3.2%	14.7%	2002	-22.1%	15.1%	-7.2%	2021	28.7%	-4.4%	15.5%
1946	-8.4%	3.1%	-3.8%	1965	12.4%	0.7%	7.7%	1984	6.1%	13.7%	9.2%	2003	28.7%	0.4%	17.4%	2022	-18.1%	-16.5%	-17.5%

Quadro 1. Retorno do S&P500, da Dívida soberana dos EUA a 10 anos e de um portfólio 60% S&P e 40% US Treasury 10y

Fonte: BILELLO, Charlie. 2022: The Year in Charts. Bilello Blog, 10 Jan. 2023,

<https://bilello.blog/2023/2022-the-year-in-charts>.

Os Bancos Centrais com pouca ou nenhuma experiência em gerir a inflação, adormecida cerca de 40 anos, em muito contribuíram para a instabilidade vivida.

Foram raras as classes de ativos a servir de refúgio aos investidores. Se no início de dezembro ainda havia a expectativa de um *rally* de final do ano, em meados do mês, os discursos mais *hawkish*<sup>1</sup> dos presidentes dos principais bancos centrais, nomeadamente da Reserva Federal Americana e do Banco Central Europeu, vieram destruir qualquer otimismo dos investidores.

Os quadros seguintes apresentam os retornos das principais classes de ativos (Quadro 2), taxas de câmbio (Quadro 3) e setores de atividade (Quadro 4) durante o mês de dezembro, no ano de 2022 e nos últimos 4 anos de atividade da LMcapital (informação anualizada).

<sup>1</sup> "Hawkish" é um termo que geralmente se refere a uma postura ou opinião mais agressiva ou favorável ao aumento de taxas de juro por parte de um banco central. Este termo contrasta com uma postura "Dovish", mais favorável à manutenção ou diminuição das referidas taxas de juro. A postura *hawkish* pode ser vista como um sinal de que o banco central está mais preocupado com a inflação, estando disposto a tomar medidas mais firmes para combatê-la.





Retorno por Classe de Ativo na Moeda do Índice (%)			
	dezembro 2022	2022	4 anos anualizado
Liquidez	0,14	0,07	-0,32
Soberanos Europeus	-4,40	-18,22	-3,15
Corporate Europeu	-1,77	-13,65	-1,70
Soberanos Estados Unidos	-0,52	-12,46	-0,33
Corporate Estados Unidos	-0,44	-15,76	1,21
Alto Rendimento Europeu	-0,88	-11,13	1,43
Alto Rendimento Estados Unidos	-0,62	-11,19	3,44
Dívida Mercados Emergentes	0,85	-15,26	0,10
MSCI World 100% Hedged EUR	-5,21	-17,86	8,99
Ações Europa	-3,49	-8,95	9,02
Ações Estados Unidos (S&P 500)	-5,77	-18,13	13,16
Ações Estados Unidos (Nasdaq)	-8,66	-32,51	13,09
Ações Mercados Emergentes	-1,51	-19,94	2,50
Ações Asia Pacifico ex - Japão	-0,59	-17,13	4,46
Ações Japão	-4,57	-2,49	8,68
Matérias Primas	-0,72	19,53	13,09

Quadro 2. Retorno por classe de ativo na moeda dos índices  
Fonte: LMcapital

Variação Preço (%) (no caso das moedas face ao Euro)			
	dezembro 2022	2022	4 Anos
Dólar Americano	-2,79	6,23	7,10
Libra Inglesa	-2,52	-5,03	1,56
Franco Suiço	-0,59	4,77	13,82
Ouro (USD)	3,14	-0,28	42,22

Quadro 3. Variação de preço das moedas indicadas vs. Euro  
Fonte: LMcapital

Retorno por Setor (%)			
	dezembro 2022	2022	4 Anos anualizado
Industrial	-2,11	-14,61	10,17
Bens de Consumo Discricionário	-8,61	-34,02	8,32
Serviços Financeiros	-2,64	-12,36	9,59
Energia	-3,68	41,05	13,17
Tecnologia da Informação	-8,05	-31,28	17,87
Assistência Médica	-1,26	-6,63	12,76
Serviços de Utilidade Pública	-0,01	-6,99	8,79
Serviços de Comunicações	-6,42	-37,57	3,52
Materiais	-2,72	-13,69	12,01
Imóveis	-3,69	-27,10	3,80
Produtos Básicos de Consumo	-1,87	-8,00	9,57

Quadro 4. Retorno por setor na moeda do índice MSCI World (USD)  
Fonte: LMcapital

Através dos quadros supra, constata-se que o aumento das taxas de juro resultou numa catástrofe histórica no mercado de títulos, com as componentes acionista e obrigacionista a caírem de forma significativa, amplamente impulsionadas por fatores macro.

## 6. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO

No gráfico seguinte podemos observar as *performances* (sem considerar comissões de gestão, custódia e transação) nos últimos 4 anos para as 5 estratégias de investimento:

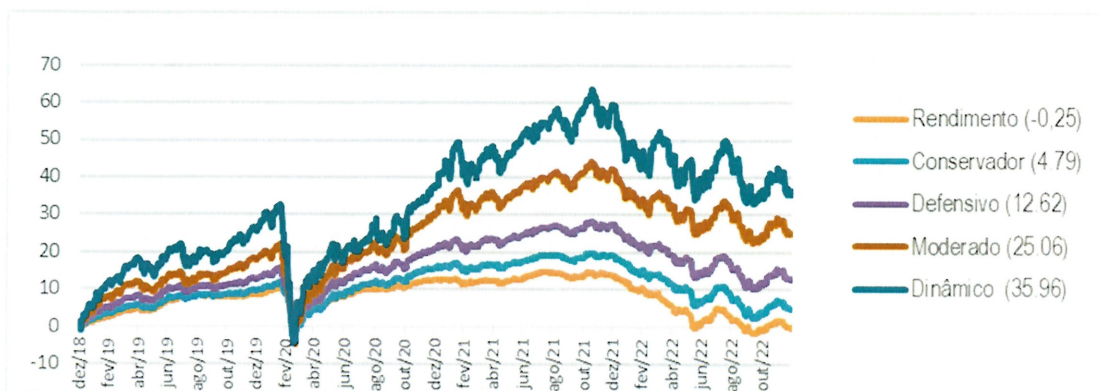


Gráfico 2 – Evolução das performances acumuladas nos últimos quatro anos  
Fonte: LMcapital

As correlações existentes entre classes de ativos foram desfavoravelmente positivas e, embora a elevada diversificação das nossas carteiras, esta não foi suficiente para evitar a sua desvalorização em 2022.

### Volatilidade e *Value-at-Risk*

O ano de 2022 fica igualmente marcado pela tendência de subida dos níveis de volatilidade e do *Value-at-Risk*.

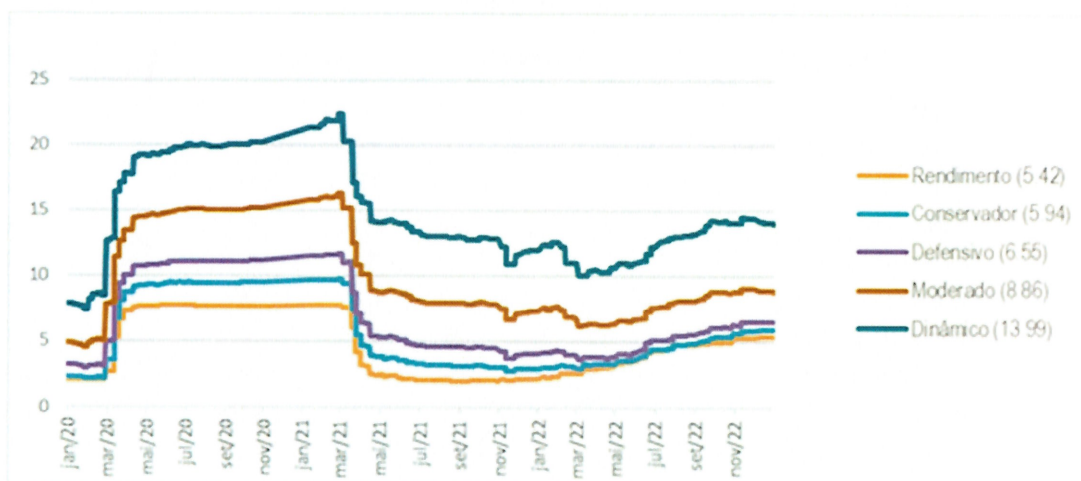
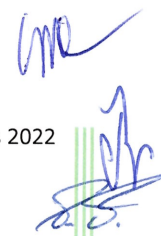


Gráfico 3 – Evolução da volatilidade anual nos últimos 3 anos  
Fonte: LMcapital





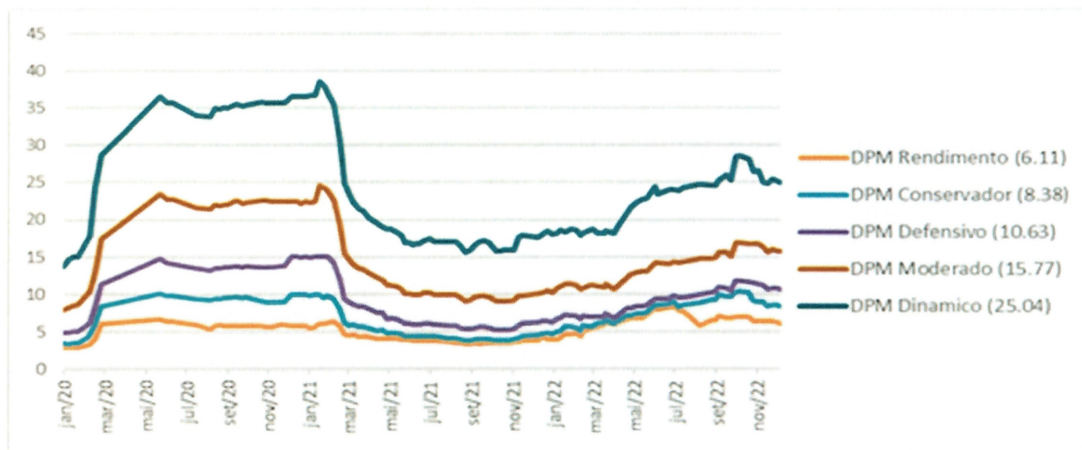


Gráfico 4 – Evolução do Value-at Risk 95% desde 2020

Fonte: LMcapital

### Alocação de ativos e principais resoluções de investimento

Perante o cenário descrito, a LMcapital optou por manter níveis de liquidez nos portefólios superiores aos valores médios historicamente observados. No entanto, com o surgimento, no último trimestre de 2022, de alternativas interessantes no mercado obrigacionista de curto prazo, os níveis de liquidez em carteira foram, entretanto, reduzidos.

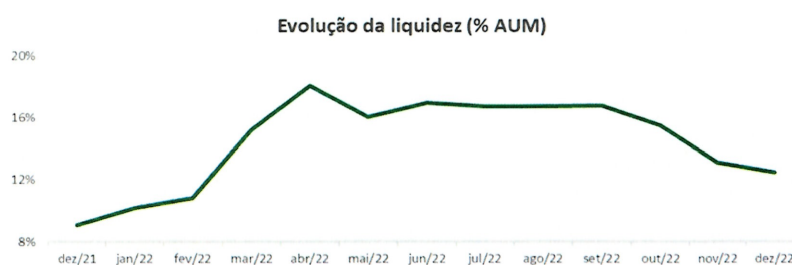


Gráfico 5 – Evolução da liquidez em 2022 (% AUM)

Fonte: LMcapital

Este posicionamento permitiu bater alguns índices de referência com exposição a obrigações e a ações, uma vez que estes índices estão sempre totalmente investidos.

As principais decisões de investimento que permitiram à Sociedade gerar valor em 2022 face a índices de referência foram as seguintes:

- Redução da exposição ao mercado acionista europeu para entrar no setor de energia europeu e num *exchange trade fund* de matérias-primas;
- Venda de fundos de obrigações com maior enviesamento para a Europa e duração mais longa para compra de fundos de obrigações que investem no mercado asiático e com duração menor;
- Aumento e manutenção de elevados níveis de liquidez durante grande parte do ano;
- Redução de investimentos mais temáticos para incremento de uma alocação estratégica mais global.

No quadro 6, considerando uma análise de 12 meses consecutivos, observamos a tendência do comportamento dos diferentes perfis de investimento.

Análise 12M Rolling (*)	Rendimento	Conservador	Defensivo	Moderado	Dinâmico
Positivos	34	34	36	37	37
Negativos	14	14	12	11	11
% Positivos	71%	71%	75%	77%	77%
% Negativos	29%	29%	25%	23%	23%
Média Retorno Positivos	4%	6%	7%	10%	14%
Média Retorno Negativos	-7%	-6%	-7%	-7%	-8%
Máximo	11%	16%	20%	29%	31%
Mínimo	-12%	-12%	-12%	-12%	-15%

Quadro 6 – Análise dos perfis considerando uma análise de 12 meses consecutivos

Fonte: LMcapital

**\* Análise 12M rolling :**

Observações anuais: A primeira leitura completa é a que decorre entre 31-01-2018 e 31-01-2019.

As leituras anuais subsequentes serão de 28-02-2018 a 28-02-2019 e assim sucessivamente.

Deste modo, de 31-01-2018 até 31-12-2022 teremos um total de 48 observações.

Referente a este último, salientar que:

- Em todos os perfis, a percentagem de registos positivos continua consideravelmente superior à dos negativos, com maior destaque nos perfis moderados e dinâmicos;
- Apesar de nos últimos três anos, e em particular este ano, com momentos de mercado com volatilidade bastante acentuada, a média do retorno negativo não foi superior a -8%;
- O binómio risco/retorno é largamente compensado nos perfis com maior exposição acionista, como se observa, nos mínimos e máximos registados;
- Os perfis com maior exposição ao mercado obrigacionista foram fortemente penalizados, a registarem mínimos semelhantes aos perfis com maior exposição ao mercado acionista e sem conseguirem atingir as médias de retorno e máximos desses perfis.

## 7. PERSPETIVAS PARA 2023

O ano de 2023, à semelhança do ano anterior, será marcado pela atuação dos Bancos Centrais no combate à inflação no mundo ocidental.

Nos Estados Unidos, a inflação poderá ser mais resiliente do que na Europa, uma vez que nesta última é acima de tudo consequência dos preços da energia. Não obstante, os analistas consideram que chegámos aos níveis máximos de inflação podendo, no entanto, demorar algum tempo até voltarmos a ter níveis de inflação perto do objetivo dos bancos centrais (2%).

A inflação poderá ter vindo para ficar e as taxas de juro de 0%, por agora, desapareceram no mundo ocidental. Pela primeira vez desde o fim da crise do sistema financeiro em 2008, os investidores mais conservadores têm alternativas de investimento de baixo risco com rendimento atrativo.

As obrigações soberanas a 10 anos oferecem agora ao investidor um rendimento seguro acima de 2% na Europa e de 3,5% nos Estados Unidos. Por sua vez, as dívidas corporativas com maturidades próximas de 7 anos estão a pagar acima de 5% nos Estados Unidos e 3,5% na Europa.

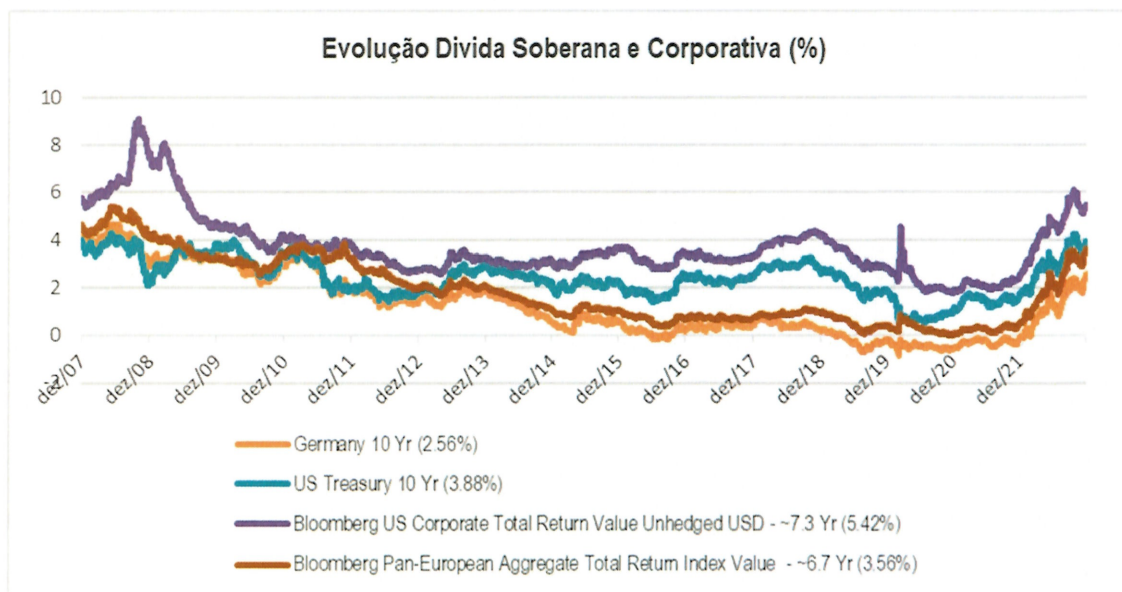


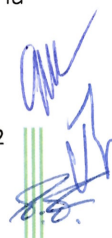
Gráfico 6 – Evolução da Taxa de Juro Alemã e dos Estados Unidos a 10 anos e Dívida Corporate com uma duração cerca de 7 anos  
Fonte: LMcapital

Neste contexto, os principais Bancos Centrais deverão, durante o ano, diminuir o ritmo acelerado dos aumentos de taxa de juro e chegar ao ponto em que deixarão de aumentar por completo. Isso deverá ser um fator positivo para o mercado obrigacionista e também acionista.

No caso do mercado acionista, a probabilidade de recessão poderá estar descontada nas principais economias pelas subidas de taxa de juro de cerca de 3% na Europa e 5% nos Estados Unidos e pela redução dos resultados das empresas. Independentemente dos resultados das empresas estarem a diminuir, mantém-se a tendência de crescimento.

A este respeito, a economia dos Estados Unidos tem demonstrado bastante resiliência, apresentando bons níveis de emprego e de atividade.





Depois das quedas expressivas de 2022, e com a capacidade do mercado descontar as más notícias, o pior pode estar para trás e, assim sendo, poderemos assistir a uma recuperação em 2023 nos mercados financeiros. Prova disso é um início do ano bastante positivo, com o preço dos ativos a ajustar a uma inflação com trajetória descendente e a uma economia que continua a dar provas de resiliência.








### Alocação de ativos para 2023

A Sociedade apresenta abaixo uma síntese do posicionamento estratégico atual em matérias de investimento, sendo este atualizado sempre que necessário, face à evolução/análise dos mercados financeiros.

Liquidez		Apesar da liquidez ser um activo de refúgio para alturas de stress de mercado, no contexto atual de taxa de juro é possível um rendimento seguro e atrativo a curto prazo.
Obrigações		Privilegiamos emitentes de elevada qualidade de crédito e curta duração
Ações		Estamos neutrais para o mercado acionista. É necessário que haja: - Estabilização das políticas monetárias mais restritivas dos Bancos Centrais. - Confirmação da resiliência da economia e dos resultados das empresas.
Alternativos		Matérias Primas (Ouro): Tende a manter a baixa correlação com outros ativos de risco.

Legenda:

-  Overweight
-  Neutral
-  Underweight

A LMcapital mantém a confiança na qualidade da construção dos portefólios, na alocação estratégica e tática, assim como na qualidade dos ativos em carteira, que irão ser fundamentais para recuperar as desvalorizações ocorridas. Historicamente está provado que as recuperações mais fortes ocorrem em momentos de mercado extremamente negativo.

A Sociedade privilegiará o mercado obrigacionista, nomeadamente os emitentes de elevada qualidade de crédito e curta duração, por forma a remunerar a liquidez nas carteiras geridas pela Sociedade, aproveitando o momento ascendente das taxas de juro.

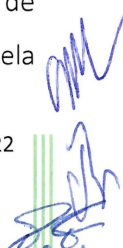
### 8. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2022

A Sociedade reforçou a sua posição financeira com níveis de solvabilidade e liquidez bastante confortáveis, confirmando a sua gestão sustentada e prudente, assente em princípios de solidez, sustentabilidade e rendibilidade.

#### Balanço

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total de balanço da Sociedade ascendia a 6 553 639 euros e 6 664 220 euros, respetivamente.

As rubricas de “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, de “Aplicações em outras instituições de crédito” e de “Ativos de contratos com clientes” (comissões a receber referentes à atividade desenvolvida pela





Sociedade) representam, respetivamente, 35,23%, 11,51% e 24,24% do total do ativo líquido da Sociedade, em 31 de dezembro de 2022.

O valor atribuído à aquisição da carteira de clientes do St. Galler Kantonalbank AG, em 2018, foi registado na rubrica de “Ativos intangíveis” e encontra-se desde essa data a ser amortizado pelo prazo de 10 anos.

A rubrica de “Outros passivos”, que inclui, entre outros, os encargos a pagar aos colaboradores, as rendas de locação operacional e o IVA a pagar ao Estado, ascende a 1 094 934 euros e corresponde a 96,08% do total do passivo.

## Resultados

### Produto Bancário

O produto bancário da Sociedade é composto pela Margem Financeira, “Rendimentos de serviços e comissões”, “Encargos com serviços e comissões”, “Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” e “Outros resultados de exploração”.

As comissões provenientes de serviços a clientes (líquidas de encargos com serviços e comissões pagas pela Sociedade) suportam o produto bancário, ascendendo a 101,41% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 100,21% no exercício precedente. Estas comissões estão relacionadas na sua quase totalidade com serviços prestados a clientes no âmbito da atividade de gestão de carteiras, uma vez que as comissões de prestação de informação consolidada de patrimónios representam apenas 2,22% e 2,86% do total de comissões geradas em 2022 e 2021, respetivamente. Em 2023 é esperado um aumento nas comissões provenientes de serviços a clientes.

Os “Outros resultados de exploração” apresentavam em 2022 e 2021, um montante negativo de 6 134 euros e 5 162 euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, 81,51% e 96,86% do montante é referente à contribuição para o Sistema de Indemnização a Investidores (SII).

### Rendibilidade

Os principais rácios de rendibilidade, embora menores face a 2021, são bastante positivos. A rendibilidade líquida dos capitais próprios (ROE) situou-se em 55,88% (2021: 68,75%), tendo a rendibilidade líquida do ativo (ROA) atingido 43,46% (2021: 50,57%). Esta redução é maioritariamente justificada pela diminuição da rubrica de resultados antes de imposto, consequência da redução do total de ativos sob gestão, situação esta provocada por desvalorizações nos principais mercados financeiros. O ano de 2023 será igualmente desafiante, tanto no que concerne à evolução dos mercados financeiros e subsequente impacto no total de ativos sob gestão, tal como concerne no efeito das pressões inflacionistas sobre os custos gerais

administrativos da Sociedade, que se perspectiva aumentarem em cerca de 8%. Contudo, a Sociedade estima manter os mesmos níveis de rentabilidade.

<b>Rendibilidade</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Resultados antes de impostos	2 672 580	2 909 138
Ativo líquido médio anual	6 149 883	5 752 396
Resultados antes de impostos / Ativo líquido médio anual (ROA)	43,46%	50,57%
Produto bancário	5 986 143	6 138 962
Produto bancário / Ativo líquido médio anual (ROI)	97,34%	106,72%
Capitais próprios médios anuais	4 782 446	4 231 340
Resultados antes de impostos / Capitais próprios médios (ROE)	55,88%	68,75%

### Solvabilidade

Em 31 de dezembro de 2022, o rácio de solvabilidade da Sociedade, resultante da aplicação do Regulamento 2019/2033 do Parlamento Europeu (IFR), relativo aos requisitos prudenciais aplicáveis às empresas de investimento e que altera o Regulamento (EU) 575/2013 da UE, é positivo em 27,82%.

<b>Fundos Próprios de base</b>	<b>31-12-2022</b>	<b>31-12-2021</b>
Capital realizado	1 250 000	1 250 000
Resultados transitados do exercício anterior e outras reservas	2 175 758	1 622 628
Requisitos de avaliação prudente	(540)	(517)
Ativos intangíveis	(967 852)	(1 148 919)
<b>Total Fundos Próprios de base</b>	<b>2 457 366</b>	<b>1 723 192</b>
<b>Requisitos de Fundos Próprios (método das despesas gerais fixas)</b>	<b>706 657</b>	<b>610 862</b>
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>27,82%</b>	<b>22,57%</b>

A Sociedade cumpriu com o objetivo estratégico estabelecido para 2022, que definia um rácio de solvabilidade superior a 25%. A Sociedade tem como objetivo estratégico manter o rácio de solvabilidade elevado, expectavelmente acima de 30% em 2023.

### Indicadores de eficiência e custos operacionais

Nos exercícios de 2022 e 2021, o valor dos custos operacionais situaram-se abaixo do produto bancário (55,35% e 52,61%, respetivamente).

Os custos com pessoal representam em 2022 e 2021, respetivamente, 31,98% e 31,07% do produto bancário. O aumento registado face a 2021 é maioritariamente justificado pela redução da rubrica de rendimentos de serviços e comissões que contribuiu negativamente para o produto bancário.

<b>Custos Operativos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Custos com o pessoal	1 914 157	1 907 662
Outros gastos administrativos	986 304	918 966
Depreciações e amortizações	413 102	403 196
<b>Total</b>	<b>3 313 563</b>	<b>3 229 824</b>

<b>Rátios de Eficiência</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Custos operativos	3 313 563	3 229 824
Produto bancário	5 986 143	6 138 962
<b>Custos operativos / Produto bancário</b>	<b>55,35%</b>	<b>52,61%</b>

<b>Custos com pessoal / Produto bancário</b>	<b>31,98%</b>	<b>31,07%</b>
--	---------------	---------------

## 9. SUSTENTABILIDADE

A Sociedade prossegue o seu objetivo de construir um modelo de negócio responsável e dar a conhecer o seu compromisso em termos de investimento sustentável no processo de tomada de decisões de investimento nas carteiras por si geridas e na consultoria para investimentos.

Neste sentido, a incorporação de fatores ESG (acrónimo, em inglês, para *Environmental, Social and Governance*) na definição da estratégia de investimento da Sociedade é considerada em paralelo com a incorporação dos restantes fatores de análise tradicionais.

Os fatores ESG correspondem a fatores de natureza ambiental, social e de governo das sociedades. Os fatores ambientais incluem, nomeadamente, preocupações relacionadas com a pegada ambiental de uma empresa, região ou país e a necessidade de preservação ambiental, a política ambiental e a gestão ambiental de produtos. Os fatores sociais englobam direitos dos trabalhadores, segurança, diversidade, educação, direitos humanos, acesso à saúde e desenvolvimento físico, literacia, entre outros. Os fatores de governo das sociedades referem-se ao sistema de políticas e práticas ao abrigo das quais uma empresa é dirigida e controlada, abrangendo questões de transparência, independência dos órgãos sociais, direitos dos acionistas, combate à corrupção, e organização do modelo de governação com vista ao cumprimento de objetivos de longo prazo, entre outros.

Nos termos e para os efeitos do Regulamento Delegado UE n.º 2017/565, na redação dada pelo Regulamento Delegado UE n.º 2021/1253, a partir de dia 2 de agosto de 2022, a LMcapital procede ao levantamento e compilação das preferências em matéria de sustentabilidade por forma a apurar se os investidores pretendem integrar ou não, um ou diversos instrumentos financeiros na sua estratégia de investimento que incorporem:



- i. Proporção mínima a alocar a investimentos sustentáveis do ponto de vista ambiental, de acordo com o disposto no artigo 2.º, ponto 1, do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho (Taxonomia);
- ii. Proporção mínima a alocar a investimentos sustentáveis de acordo com o disposto no artigo 2.º, ponto 17, do Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho (SFDR);
- iii. Investimentos que não tenham principais impactos negativos sobre os fatores de sustentabilidade (Principal Adverse Impacts - PAIs).

Em virtude das constantes alterações legislativas e da dificuldade na disponibilização de informação clara respeitante a matérias de sustentabilidade ainda não é possível à LMcapital a obtenção de dados relevantes que lhe permitam efetivar a correspondência entre essas preferências e os produtos ou determinadas carteiras de investimento.

Neste contexto, a Sociedade utiliza as preferências identificadas relativas aos produtos referidos no ponto ii acima e sempre tendo em conta uma correspondência possível, de carácter mínimo, de acordo com as escolhas dos seus clientes.

A LMcapital acompanha atentamente as evoluções na implementação prática do pacote regulamentar no âmbito das finanças sustentáveis, por forma a detetar, a cada momento, novos dados relevantes sobre os produtos referidos nos pontos i. e iii. acima, com o objetivo de melhorar continuamente a eficácia e eficiência da correspondência face às preferências dos clientes em matéria de sustentabilidade.

## 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f), do n.º 5 do artigo 66º e para os efeitos da alínea b), do nº1 do art.º 376, ambos do Código das Sociedades Comerciais ("CSC"), e atendendo a que a reserva legal registada já excede o limite mínimo previsto no CSC, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2022, no montante de 1 988 217 euros seja aplicado da seguinte forma:

- 397 643 euros para resultados transitados; e
- 1 590 574 euros para distribuição de dividendos.

Esta proposta não coloca em causa o cumprimento de qualquer indicador e requisito regulatório.

## 11. GESTÃO DE RISCOS

A Sociedade tem implementado um Sistema de Gestão de Riscos e tem definidas políticas, procedimentos e controlos para a gestão dos riscos a que está ou pode vir a estar sujeita, decorrentes da atividade desenvolvida, cujo detalhe se encontra na Nota 23 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

## 12. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras pela Administração da Sociedade, não é do seu conhecimento qualquer acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2022, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que justifique ajustamentos ou divulgações materialmente relevantes nas demonstrações financeiras apresentadas.

## 13. NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração deseja agradecer a todos os que contribuíram para o desenvolvimento da LMcapital, nomeadamente aos colaboradores da Sociedade, pelo elevado sentido profissional, dedicação e competência que lhe permitiram a prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, assim como às entidades de supervisão e órgãos sociais pela colaboração e confiança em nós depositada.

Lisboa, 8 de março de 2023

A Administração



Miguel Lopes Marques

Presidente



Silvia Brito Leal

Vogal



Patrique Berdion Fernandes

Vogal



### III. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Ações detidas pelos membros do Conselho de Administração e respetivas transações durante o ano de 2022, nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

#### Ações detidas

	<u>Percentagem</u>
Miguel Ângelo Fraga Lopes Marques (Presidente do Conselho de Administração)	<b>84.9997%</b>
Detém uma participação direta na Sociedade de 0.00016% e duas participações indiretas, através da empresa Lopes Marques - Consultadoria, Lda. (na qual detém uma participação de 85%) de 84.9995% (85% * 99,9994%) e da empresa Majestiknumber, Lda. (na qual detém uma participação de 42,5%) de 0,00007% (42,5% * 0,00016%).	
Rita Amado de Albuquerque Rodrigues Lopes Marques (Cônjuge do Presidente do Conselho de Administração)	<b>15.00013%</b>
Detém uma participação direta na Sociedade de 0.00016%, uma participação indireta, através da empresa Lopes Marques - Consultadoria, Lda. (na qual detém uma participação de 15%) de 14,99991% (15% * 99,9994%) e uma participação indireta, através da empresa Majestiknumber,Lda. (na qual detém uma participação de 42,5%) de 0,00007% (42,5% * 0,00016%).	

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

**LMCAPITAL WEALTH MANAGEMENT - EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.**

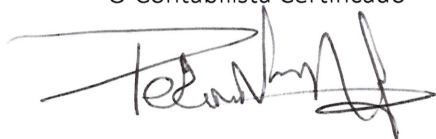
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2022**

(montantes expressos em euros)

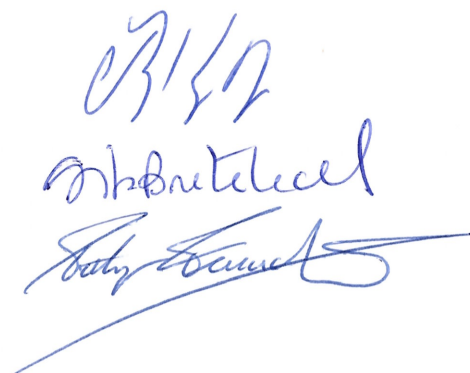
	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	5	9 309	5 377
Juros e encargos similares	5	(7 006)	(11 013)
<b>Margem Financeira</b>	5	<b>2 303</b>	<b>(5 636)</b>
Rendimentos de serviços e comissões	6	6 072 030	6 153 265
Encargos com serviços e comissões	6	(1 307)	(1 202)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	7	(80 749)	(2 148)
Resultados de reavaliação cambial	8	-	(155)
Outros resultados de exploração	9	(6 134)	(5 162)
<b>Produto Bancário</b>		<b>5 986 143</b>	<b>6 138 962</b>
Custos com o pessoal	10	(1 914 157)	(1 907 662)
Gastos gerais administrativos	11	(986 304)	(918 966)
Depreciações e amortizações	16	(413 102)	(403 196)
Provisões líquidas de anulações		-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 672 580</b>	<b>2 909 138</b>
Impostos correntes	12	(684 363)	(696 616)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>1 988 217</b>	<b>2 212 522</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1 988 217</b>	<b>2 212 522</b>
Outro resultado integral do exercício		-	-
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>1 988 217</b>	<b>2 212 522</b>
<b>Resultado por ação</b>		<b>1,59</b>	<b>1,77</b>

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



A Administração





LMCAPITAL WEALTH MANAGEMENT - EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

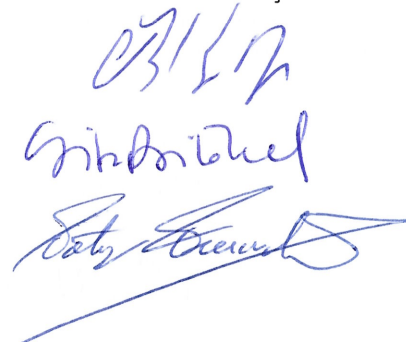
(montantes expressos em euros)			
	Notas	31-12-2022	31-12-2021
		Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	2 309 016	2 717 202
Aplicações em instituições de crédito	14	754 168	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	15	540 272	516 743
Outros ativos tangíveis	16	314 500	441 342
Ativos intangíveis	16	967 852	1 148 919
Ativos de contratos com clientes	17	1 588 797	1 756 944
Outros ativos	18	79 034	83 070
<b>Total do Ativo</b>		<b>6 553 639</b>	<b>6 664 220</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos por impostos correntes	12	44 730	244 088
Outros passivos	19	1 094 934	1 334 982
<b>Total do Passivo</b>		<b>1 139 664</b>	<b>1 579 070</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	20	1 250 000	1 250 000
Outras reservas e resultados transitados	20	2 175 758	1 622 628
Resultado do exercício		1 988 217	2 212 522
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>5 413 975</b>	<b>5 085 150</b>
<b>Total do Passivo + Capital Próprio</b>		<b>6 553 639</b>	<b>6 664 220</b>

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



A Administração



LMCAPITAL WEALTH MANAGEMENT - EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(montantes expressos em euros)

	Notas	Capital	Reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total de Capitais Próprios
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>650 000</b>	<b>1 467 675</b>	<b>1 677 674</b>	<b>3 795 349</b>
Aumento de capital social		600 000	(600 000)	-	-
Transferência para resultados transitados e reservas		-	754 953	(754 953)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(922 721)	(922 721)
Resultado do exercício		-	-	2 212 522	2 212 522
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>20</b>	<b>1 250 000</b>	<b>1 622 628</b>	<b>2 212 522</b>	<b>5 085 150</b>
Transferência para resultados transitados e reservas		-	553 130	(553 130)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(1 659 392)	(1 659 392)
Resultado do exercício		-	-	1 988 217	1 988 217
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>20</b>	<b>1 250 000</b>	<b>2 175 758</b>	<b>1 988 217</b>	<b>5 413 975</b>

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

A Administração

LMCAPITAL WEALTH MANAGEMENT - EMPRESA DE INVESTIMENTO, S.A.

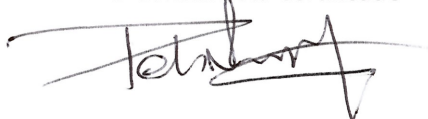
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(montantes expressos em euros)

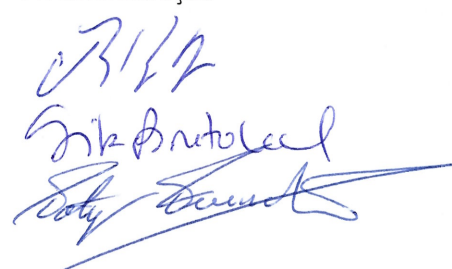
	Notas	2022	2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimento de clientes		7 143 151	7 045 594
Juros, comissões e encargos similares pagos		(757)	(565)
Pagamentos a fornecedores		(1 149 971)	(1 016 834)
Pagamentos ao pessoal		(1 954 622)	(1 725 120)
Fluxo gerado pelas operações		<b>4 037 801</b>	<b>4 303 075</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(886 789)	(646 044)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à atividade operacional		(874 659)	(1 026 322)
<i>Fluxo das atividades operacionais (1)</i>		<b>2 276 353</b>	<b>2 630 709</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		60 000	152 968
Juros e proveitos similares		5 324	5 249
		<u>65 324</u>	<u>158 217</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(104 627)	(218 320)
Aplicações em instituições de crédito		(750 050)	-
Ativos fixos tangíveis		(27 172)	(19 786)
Ativos intangíveis		(2 026)	(3 124)
		<u>(883 875)</u>	<u>(241 230)</u>
<i>Fluxo das atividades de investimento (2)</i>		<b>(818 551)</b>	<b>(83 013)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Contratos de locação operacional		(206 596)	(204 170)
Dividendos	20	(1 659 392)	(922 721)
		<u>(1 865 988)</u>	<u>(1 126 891)</u>
<i>Fluxo das atividades de financiamento (3)</i>		<b>(1 865 988)</b>	<b>(1 126 891)</b>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(408 186)	1 420 805
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	2 717 202	1 296 397
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	2 309 016	2 717 202

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



A Administração



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

### NOTA 1 – ATIVIDADE

A LMcapital Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A. (“LMcapital” ou “Sociedade”) foi constituída a 1 de junho de 2017, com sede na Avenida da Liberdade, 190 – 5.º A, em Lisboa, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de registo e pessoa coletiva 514 389 591. A Sociedade tem atualmente um capital social de 1.250.000 euros.

A LMcapital iniciou a sua atividade como sociedade gestora de património um ano após a sua constituição, em 1 de junho de 2018, depois de obtidas as autorizações por parte do Banco de Portugal (“BdP”) em 28 de dezembro de 2017 e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”) em 13 de abril de 2018.

No dia 1 de fevereiro de 2022, entrou em vigor o Regime das Empresas de Investimento (“REI”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-H/2021, de 10 de dezembro. A partir desta data e conforme definido no referido Decreto-Lei, a CMVM passa a ser a autoridade competente para supervisionar, fiscalizar e aplicar normas relativas aos requisitos prudenciais e à supervisão prudencial da Sociedade, o que até essa data era uma função partilhada com o BdP. Decorrente da entrada em vigor do REI, a Sociedade alterou a sua denominação social de “Sociedade Gestora de Patrimónios” para “Empresa de Investimento”.

### NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadram estas normas.

Nos termos acima expostos, as demonstrações agora apresentadas, reportam-se a 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas de acordo com as IFRS, as quais incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”) e pelos respetivos órgãos antecessores, conforme adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Foi igualmente assumida a continuidade das operações da Sociedade.



A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Sociedade efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. As áreas que envolvem o maior nível de julgamento e complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 4.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 8 de março de 2023 e estão sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral, sendo expetativa da Administração que as mesmas sejam aprovadas sem alterações.

## 2.2 Comparabilidade

As demonstrações financeiras agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as apresentadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Sociedade manteve a estrutura de apresentação e as designações das rubricas das demonstrações financeiras, tendo em atenção que asseguram o cumprimento do previsto nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme adotadas pela União Europeia, para a compreensão dos elementos de prestação de contas.

## 2.3 Principais Políticas Contabilísticas

### 2.3.1 Ativos e passivos financeiros

Os requisitos de classificação para os ativos financeiros, instrumentos de dívida e outros são apresentados como se segue:

#### 2.3.1.1 Classificação de ativos financeiros

Decorrente da aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1 de janeiro de 2018, a Sociedade classifica os seus ativos financeiros numa das seguintes categorias de valorização:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; e
- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

**i) Ativos financeiros ao custo amortizado**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao custo amortizado” quando são cumpridas cumulativamente as condições seguintes:

- é gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
- as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa, em datas específicas que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

A categoria de Ativos financeiros ao custo amortizado inclui a rubrica de “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

**ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” quando são cumpridas cumulativamente as condições seguintes:

- é gerido como um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda, e
- as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

A Sociedade não tem, em 2022 e 2021, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

**iii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” sempre, que devido ao modelo de negócio da Sociedade ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais, não seja apropriado classificar os ativos financeiros em nenhuma das categorias anteriores. Na data de transição, para classificar ativos financeiros nesta categoria, a Sociedade também teve em consideração se espera recuperar o valor contabilístico do ativo através da venda a um terceiro.

São igualmente incluídos nesta categoria todos os instrumentos para os quais se cumpra alguma das seguintes características:

- sejam originados ou adquiridos com o objetivo de os transacionar no curto prazo;
- sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existem evidências de ações recentes com o objetivo de obter ganhos no curto prazo; e

- sejam instrumentos derivados que não cumpram a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

### 2.3.1.2 Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida são instrumentos que satisfazem a definição de passivo financeiro na perspectiva do emitente, tais como empréstimos, obrigações públicas e privadas e contas a receber adquiridas de clientes com contratos de *factoring* sem recurso.

A classificação e valorização subsequente destes instrumentos nas categorias anteriores é efetuada com base nos dois elementos seguintes:

- o modelo de negócios da Sociedade para a gestão de ativos financeiros, e
- as características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros.

### 2.3.1.3 Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflete a forma como a Sociedade gere os seus ativos numa ótica de geração de fluxos de caixa. Assim, importa perceber se o objetivo da Sociedade é apenas receber os fluxos de caixa contratuais dos ativos (*“Hold to collect”*) ou se pretende receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda dos ativos (*“Hold to collect and sell”*). Se nenhuma destas situações é aplicável (e.g. os ativos financeiros são detidos para negociação), então os ativos financeiros são classificados como parte de *“outro”* modelo de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados. Os fatores considerados pela Sociedade na identificação do modelo de negócio para um conjunto de ativos incluem a experiência passada no que diz respeito à forma como os fluxos de caixa são recebidos, como é que o desempenho dos ativos é avaliado e reportado à administração, como é que os riscos são avaliados e geridos e como é que os administradores são remunerados.

Os títulos detidos para negociação são detidos essencialmente com o objetivo de serem vendidos no curto prazo ou fazem parte de um portefólio de instrumentos financeiros geridos em conjunto, para os quais há uma evidência clara de um padrão recente de ganhos de curto prazo. Estes títulos são classificados em *“outros”* modelos de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados.

A avaliação do modelo de negócio não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumento do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.



Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a Sociedade determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

No caso de um ativo financeiro contemplar um ajuste periódico da taxa de juro mas a frequência desse ajuste não coincidir com o prazo da taxa de juro de referência (por exemplo, a taxa de juro é ajustada a cada três meses), a Sociedade avalia, no momento do reconhecimento inicial, essa incoerência na componente dos juros para determinar se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos de capital e juro sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito mínimo sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

#### **2.3.1.4 Avaliação *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI")**

Quando o modelo de negócio passa por deter ativos com o intuito de (i) receber os fluxos de caixa contratuais ou (ii) receber os fluxos de caixa contratuais e vender estes ativos, a Sociedade avalia se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (o teste SPPI). Nesta avaliação, a Sociedade considera se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, ou seja, o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito, outros riscos normais de crédito e uma margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico. Quando os termos contratuais introduzem exposição a risco ou variabilidade dos fluxos de caixa que são inconsistentes com um simples contrato de empréstimo, o ativo financeiro é classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros com derivados embutidos são considerados na sua totalidade, aquando da determinação se os fluxos de caixa correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (teste SPPI).

#### **2.3.1.5 Classificação de passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos.

A Sociedade designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*), desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os passivos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos ou passivos, assegurando-se assim, a consistência na valorização dos ativos ou passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- os passivos financeiros contêm derivados embutidos.

### 2.3.1.6 Reconhecimento e valorização inicial dos instrumentos financeiros

No momento do seu reconhecimento inicial, todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se a Sociedade não tivesse efetuado a transação. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

Os ativos financeiros são reconhecidos no balanço na data de transação – data em que a Sociedade se compromete a comprar os ativos, exceto se existir estipulação contratual ou figura legal aplicável que determine que a transferência dos direitos ocorre em data posterior.

No reconhecimento inicial, quando o justo valor de ativos e passivos financeiros difere do preço de transação, a Sociedade deve reconhecer esta diferença da seguinte forma:

- Quando o justo valor é evidenciado pela cotação num mercado ativo de um ativo ou passivo equivalente (ou seja, inputs de nível 1) ou com base numa técnica de valorização que usa apenas dados de mercado observáveis, a diferença é reconhecida como ganho ou perda; e
- Nos restantes casos, a diferença é diferida e o momento do reconhecimento inicial do ganho ou perda é determinado individualmente. Esta diferença pode então ser (i) amortizada ao longo da vida do

instrumento, (ii) diferida até que o justo valor do instrumento possa ser determinado usando dados observáveis de mercado, ou (iii) reconhecida através da liquidação do ativo ou passivo.

### 2.3.1.7 Valorização subsequente dos instrumentos financeiros

Após o seu reconhecimento inicial, a Sociedade valoriza os seus ativos financeiros ao (i) custo amortizado, ao (ii) justo valor através de outro rendimento integral ou (iii) ao justo valor através de resultados.

Os valores a receber de operações comerciais que não possuem uma componente significativa de financiamento e os créditos comerciais e instrumentos de dívida de curto prazo que são inicialmente valorizados pelo preço de transação ou pelo capital em dívida, respetivamente, são valorizados pelo referido valor deduzido de perdas por imparidade.

Imediatamente após o reconhecimento inicial, é também reconhecida uma imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL) para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, resultando no reconhecimento de uma perda em resultados quando o ativo é originado.

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

### 2.3.1.8 Receitas e despesas de instrumentos financeiros

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. Os juros são registados em resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- ii. As restantes alterações de valor serão reconhecidas em resultados como receita ou despesa quando o instrumento financeiro for desreconhecido do balanço na rubrica “Resultados de investimentos ao custo amortizado”, quando for reclassificado, e no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas por imparidade ou ganhos por recuperação, as quais são registadas na rubrica de “Imparidade para crédito a clientes liquida de reversões e recuperação”, no caso de crédito a clientes ou na rubrica “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperação” no caso de outros ativos financeiros.



As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. As variações no justo valor são registadas diretamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente, e o resto, que se regista como resultados de operações financeiras na rubrica “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.
- ii. Os juros relativos a instrumentos de dívida são registados em resultados na rubrica “Juros e rendimentos similares” e são calculados aplicando o método da taxa de juro efetiva.

As receitas e despesas de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. Os juros ou, quando aplicável, os dividendos são reconhecidos em resultados “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente. Para os juros o procedimento é igual ao dos ativos ao custo amortizado.
- ii. As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados na rubrica “Resultados cambiais”, no caso de ativos financeiros monetários, e em outros rendimentos integrais, no caso de ativos financeiros não monetários.
- iii. No caso dos instrumentos de dívida, as perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados na rubrica de “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”.
- iv. As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do exercício são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do período. Por outro lado, quando um instrumento de capital valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral não é reclassificado para a conta de ganhos e perdas, mantendo-se numa rubrica de reservas.

### 2.3.1.9 Reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros

Somente se a Sociedade decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afetados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a IFRS 9, é expectável que as mudanças no modelo de negócio ocorram com pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

### 2.3.1.10 Justo valor

A metodologia de apuramento do justo valor dos títulos da carteira própria e de clientes utilizadas pela Sociedade é conforme segue:

- Preço de mercado de fecho no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço de mercado de fecho no dia útil anterior;
- Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo interno de valorização;
- Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

### 2.3.1.11 Desreconhecimento que não resulte de uma modificação

Os ativos financeiros concedidos são desreconhecidos quando os fluxos de caixa que lhes estão associados se extinguem, são cobrados ou alienados a terceiros e a (i) Sociedade transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo ou (ii) a Sociedade nem transfere nem detém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo e não detém controlo sobre o ativo. Os ganhos e perdas obtidos na alienação de créditos a Clientes a título definitivo são registados em Outros resultados de exploração. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor contabilístico desses ativos, líquido de perdas de imparidade.

A Sociedade participa em transações em que detém o direito contratual de receber fluxos de caixa de ativos, mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Estas transações resultam no desreconhecimento do ativo se a Sociedade:

- Não tiver qualquer obrigação de efetuar pagamentos, a não ser que receba montantes equivalentes dos ativos;
- Estiver proibido de vender ou penhorar os ativos; e

- Tiver a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba dos ativos sem atrasos materiais.

As garantias concedidas pela Sociedade (ações e obrigações) através de acordos de recompra e operações de concessão e de contratação de empréstimos de valores mobiliários não são desreconhecidas porque a Sociedade detém substancialmente todos os riscos e benefícios com base no preço de recompra pré-estabelecido, não se observando assim os critérios de desreconhecimento.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

### **2.3.1.12 Imparidade de ativos financeiros**

As perdas por imparidade são reconhecidas para todos os ativos financeiros, exceto para os ativos classificados ou designados ao justo valor através de resultados. Os ativos sujeitos a avaliação de imparidade incluem os pertencentes à carteira de instrumentos de dívida e aplicações e depósitos em outras instituições de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

A mensuração de imparidade a cada data de reporte é efetuada de acordo com o modelo de três estágios de perdas de crédito esperadas:

*Stage 1* – A partir do reconhecimento inicial e até ao momento em que se verifique um aumento significativo de risco de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas caso o incumprimento ocorra nos 12 meses seguintes à data de reporte.

*Stage 2* – Após o aumento significativo de risco de crédito face à data de reconhecimento inicial do ativo financeiro, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para o período remanescente do ativo financeiro.

*Stage 3* – Para os ativos financeiros considerados em imparidade de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para o período remanescente do ativo financeiro.

As perdas por imparidade são uma estimativa, ponderada pela probabilidade, das reduções no valor dos fluxos de caixa resultantes do incumprimento ao longo do horizonte relevante. Para os compromissos de crédito, as estimativas de perdas de crédito esperadas consideram uma parte do limite que é expetável ser utilizada no decorrer do período relevante. Para as garantias financeiras, as estimativas de perda de crédito são baseadas nos pagamentos expetáveis de acordo com o contrato de garantia.



Os aumentos e diminuições no montante de perdas de imparidade atribuíveis a aquisições e novas originações, desreconhecimento ou maturidade, e as remensurações devido a alterações na expectativa de perda ou a transferência entre estágios são reconhecidas em resultados.

As perdas por imparidade representam uma estimativa não enviesada das perdas de créditos esperadas nos ativos financeiros à data de balanço. É considerado julgamento na definição de pressupostos e estimativas no cálculo de imparidade, as quais podem resultar em alterações no montante de provisão para perdas por imparidade de período para período.

### 2.3.2 Outros ativos tangíveis

Os Outros ativos tangíveis da Sociedade encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com estes ativos serão reconhecidos como ativos tangíveis apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação serão reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, pelos seguintes períodos que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Vida Útil (anos)</u>
Obras em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	4 - 10
Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 - 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 - 10
Equipamento de segurança	5
Outros ativos tangíveis	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Relatório & Contas 2022



### 2.3.3 Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis incluem as despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de 3 anos. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os Ativos intangíveis incluem, adicionalmente, o valor atribuído à carteira de clientes transferida entre a Sucursal em Portugal do SGKB e a LMcapital. Este montante encontra-se a ser amortizado pelo prazo de 10 anos, prazo este suportado pela média histórica de permanência dos clientes ponderada pelos ativos em carteira, apurada em 2018.

### 2.3.4 Locações

A IFRS 16 estabelece novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações:

- na ótica do locador, as locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais;
- na ótica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo da locação para todos os contratos de locação à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido (inferior a 5 000 euros) em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas.

#### Definição de locação

A definição de locação acarreta um enfoque no controlo do ativo identificado, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado, durante um certo período em troca de uma retribuição.

#### Impactos na ótica do locatário

A LMcapital reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o *Net Present Value* (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados (fixos e/ou variáveis) deduzidos de

incentivos à locação recebidos, penalidades por término (se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);

- um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:

- (i) pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;

- (ii) pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;

- (iii) as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual; e

- (iv) o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção;

- (v) pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. Para os contratos com termo é considerada essa data como a data de fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos, bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação;
- a quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

A Sociedade reavalia um passivo de locação e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso sempre que:



- houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);
- um contrato de locação é alterado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

Os ativos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de a Sociedade ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

A norma clarifica as alterações nas demonstrações financeiras da Sociedade, nomeadamente:

- na demonstração dos resultados:
  - i. registo em Margem financeira do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
  - ii. registo em Gastos Gerais Administrativos dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e
  - iii. registo em Depreciações e Amortizações do custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.
- no balanço:
  - i. registo em Outros ativos tangíveis, pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso; e
  - ii. registo em Outros passivos pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

### Impacto na ótica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores continuarão a classificar as locações como financeiras ou operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido na IAS 17.

A Sociedade apresenta os ativos sob direito de uso na rubrica de “Outros ativos tangíveis” (Nota 16), isto é, na mesma linha de *itens* em que apresenta os ativos subjacentes da mesma natureza que são sua propriedade.

### 2.3.5 Impostos sobre lucros

A LMcapital está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”). Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos do relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera que estejam em vigor à data de reversão das correspondentes diferenças temporárias.

### 2.3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade igual ou inferior a três meses a contar da data da sua aquisição/contratação e que são imediatamente realizáveis sem risco significativo de perda de valor, onde se incluem a caixa, as disponibilidades em outras instituições de crédito e as aplicações em instituições de crédito.

### 2.3.7 Especialização do exercício

Os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, e são incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

### 2.3.8 Rendimentos de serviços e comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão e consultoria, registados na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração de resultados e de outro rendimento integral (Nota 6).

A Sociedade auferir comissões de gestão, de consultoria para investimentos e de prestação de informação de consolidação de património, calculadas e cobradas segundo os termos previstos nos respetivos contratos celebrados com cada cliente.

### 2.3.9 Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares” pelo princípio da especialização, sendo apurados com base no método *pro rata temporis*, exceto quando a diferença entre este método e o da taxa efetiva seja significativo, caso em que este último é utilizado.

### 2.3.10 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) e que sejam considerados materialmente relevantes são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## NOTA 3 – NORMAS CONTABILÍSTICAS RECENTEMENTE EMITIDAS

Descrição	Alteração	Data efetiva
<b>1. Alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2022</b>		
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proíbe a dedução dos montantes recebidos como contraprestação, por itens vendidos que resultaram da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis ( <i>outputs</i> ), ao valor contabilístico desses mesmos ativos.	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual	Atualiza as referências à Estrutura Conceptual, no que se refere à identificação de um ativo ou de um passivo no âmbito de uma concentração de atividades empresarias, sem introduzir alterações aos requisitos contabilísticos para o	1 de janeiro de 2022



Descrição	Alteração	Data efetiva
	registo das concentrações das atividades empresariais. Clarifica que na aplicação do método da compra, os passivos e passivos contingentes devem ser analisados à luz da IAS 37 e/ou IFRIC 21, e não conforme a definição de passivo da Estrutura Conceptual, e que os ativos contingentes da adquirida não podem ser reconhecidos numa concentração de atividades empresariais.	
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Especifica os custos que devem ser considerados quando se está a avaliar se um contrato é ou não oneroso.	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com A COVID-19 após 30 de junho de 2021	Estende o período de aplicação da alteração à IFRS 16 - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021 – até 30 de junho de 2022.	1 de abril de 2021
Ciclo anual de melhorias 2018 - 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022
<b>2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, já endossadas pela UE</b>		
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Altera os requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de “material”, em detrimento de “significativo”.	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Introduz a definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de Seguro	Substitui a IFRS 4, sendo aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. Não se aplica aos tomadores de seguro.	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação	Exige o reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de i) ativos sob direito de uso e passivos de locação e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, com os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, não relevantes fiscalmente.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Aplicável somente às entidades seguradoras na sua transição para a IFRS 17, permitindo a adoção de <i>overlay</i> na classificação de um ativo financeiro para o qual a seguradora não efetua a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. A alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, no que respeita à informação comparativa que deve ser apresentada aquando da aplicação inicial da IFRS.	1 de janeiro de 2023
<b>3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, ainda não endossadas pela UE</b>		
IAS 1 – Passivos não correntes com <i>covenants</i>	Clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro. Clarifica	1 de janeiro de 2024

Descrição	Alteração	Data efetiva
	que os <i>covenants</i> que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afeta a classificação de um passivo como corrente ou não corrente, mesmo que a sua verificação pela entidade credora apenas ocorra após a data de relato.	
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação ( <i>sale &amp; leaseback</i> ) que qualificam como venda de acordo com os princípios da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes – com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locações variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.	1 de janeiro de 2024

A adoção das novas normas ou respetivas revisões acima elencadas, quando aplicável à atividade da Sociedade, não teve ou não terá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

**NOTA 4 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e prepare as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são discutidos na presente nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as principais áreas onde foram consideradas estimativas foram as seguintes:

**Impostos sobre lucros**

Os impostos correntes sobre os lucros são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor estimado dos impostos sobre os lucros. Desta forma, os valores registados resultam do melhor entendimento da Administração da Sociedade sobre o enquadramento fiscal das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte da Autoridade Tributária.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas

e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

**Prémios de desempenho**

A Sociedade distribuiu um montante de prémios de desempenho a pagar aos colaboradores em 2023, relativos ao exercício de 2022, que se encontra devidamente refletido nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2022, tendo por base a melhor estimativa possível à data, e que poderá ser objeto de alteração decorrente do processo final de avaliação de desempenho e atribuição aos colaboradores. A Administração considera, no entanto, que qualquer ajustamento a ocorrer não será significativo.

**Vida útil e Imparidade sobre o valor de aquisição da carteira de clientes em Ativos intangíveis**

Em 2018, o valor de aquisição da carteira de clientes do St. Galler foi registado na rubrica de “Ativos intangíveis” e encontra-se, desde essa data, a ser amortizado pelo prazo de 10 anos.

Com o objetivo de verificar se é necessário constituir imparidade sobre o valor inscrito no balanço, a Sociedade avalia a adequabilidade deste montante através da utilização de metodologia assente em pressupostos, entre os quais a manutenção da vida útil atribuída no momento de aquisição deste ativo.

A utilização de metodologias alternativas ou a utilização de diferentes pressupostos poderiam resultar num nível diferente de valorização da carteira de clientes registada no ativo da Sociedade, tendo potencial impacto no seu balanço e nos seus resultados.

**NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a margem financeira é decomposta da seguinte forma:

	2022	2021
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros e rendimentos - depósitos a prazo - outras instituições de crédito	4 168	-
Juros de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5 141	5 377
<b>Total de juros e rendimentos similares</b>	<b>9 309</b>	<b>5 377</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de ativos em locação	(7 006)	(11 013)
<b>Total de juros e encargos similares</b>	<b>(7 006)</b>	<b>(11 013)</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>2 303</b>	<b>(5 636)</b>



O montante registado em juros e rendimentos similares diz respeito à remuneração das aplicações em instituições de crédito no estrangeiro (Nota 14) e das obrigações do tesouro registadas no Balanço da Sociedade (Nota 15).

#### NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos e encargos de serviços e comissões durante os exercícios de 2022 e 2021, apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Administração de valores	5 937 111	5 977 261
Outros serviços prestados	134 919	176 004
<b>Total de rendimentos de serviços e comissões</b>	<b>6 072 030</b>	<b>6 153 265</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Depósito e guarda de valores	(241)	(206)
Outras operações sobre instrumentos financeiros	(108)	(386)
Anuidade cartões	(405)	(318)
Por serviços bancários	(240)	(242)
Comissões de manutenção de conta	(208)	-
Outras comissões pagas	(105)	(50)
<b>Total de encargos com serviços e comissões</b>	<b>(1 307)</b>	<b>(1 202)</b>
<b>Resultados de serviços e comissões</b>	<b>6 070 723</b>	<b>6 152 063</b>

O montante registado em rendimentos de serviços e comissões corresponde às comissões cobradas pela Sociedade, como forma de remuneração dos serviços prestados no âmbito das atividades de gestão de carteiras e prestação de informação consolidada de património.

#### NOTA 7 – RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2022	2021
Dívida pública portuguesa - Mais valias	29 602	21 526
Dívida pública portuguesa - Menos valias	(110 351)	(23 674)
<b>Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de</b>	<b>(80 749)</b>	<b>(2 148)</b>

Esta rubrica reflete as variações na cotação das obrigações do tesouro em carteira, registadas durante o exercício 2022 e 2021, respetivamente (detalhe na Nota 15). Estas obrigações encontram-se a garantir o Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), conforme decorre da regulamentação aplicável à atividade da

Sociedade, nomeadamente do artigo 8º do Regulamento nº 2/2000 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

O referido sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros, conforme regras determinadas pelo próprio SII.

#### NOTA 8 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2022	2021
<b>Prejuizos em operações cambiais</b>		
Outros itens em moeda estrangeira	-	(155)
<b>Resultados de reavaliação cambial</b>	<b>-</b>	<b>(155)</b>

Esta rubrica reflete as diferenças cambiais das comissões de gestão expressas em dólares dos Estados Unidos e contabilizadas em euros pela Sociedade e o câmbio usado pelo banco custodiante na data de pagamento dessas comissões.

#### NOTA 9 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2022	2021
Reembolso de despesas	-	104
Outras comissões recebidas	3	-
Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)	(5 000)	(5 000)
Donativos e quotizações	(1 137)	(266)
<b>Outros resultados de exploração</b>	<b>(6 134)</b>	<b>(5 162)</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foi contabilizado nesta rubrica o montante de 5 000 euros, respeitante ao pagamento anual ao Sistema de Indemnização aos Investidores (“SII”).

**NOTA 10 – CUSTOS COM O PESSOAL**

O valor desta rubrica é composto por:

	2022	2021
Remuneração de empregados	(881 477)	(794 717)
Remunerações dos órgãos sociais	(302 505)	(288 136)
Encargos relativos a remunerações	(273 878)	(248 767)
Outros custos com o pessoal	(456 222)	(575 991)
Outros encargos sociais obrigatórios	(75)	(51)
<b>Total de custos com o pessoal</b>	<b>(1 914 157)</b>	<b>(1 907 662)</b>

O montante registado na conta de remunerações dos órgãos sociais inclui o montante pago ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, cujo detalhe é apresentado abaixo.

A sub-rubrica de “Outros custos com o pessoal” inclui, essencialmente, os custos que a Sociedade incorreu com os seguros de saúde, vida e acidentes de trabalho, *tickets* infância e educação e quilómetros pagos aos colaboradores por utilização de viatura própria. Ainda nesta sub-rubrica encontra-se refletida a estimativa contabilística no montante de 273 641 euros (2021: 385 437 euros), aprovada pelo Conselho de Administração relativamente ao prémio de desempenho a atribuir a cada colaborador em resultado da performance de 2022 e a estimativa contabilística no montante de 45 800 euros (2021: 48 000 euros), a aprovar pela Assembleia Geral relativamente ao prémio a atribuir ao Conselho de Administração.

De acordo com a política de remunerações em vigor na Sociedade, sempre que o valor da remuneração variável do ano em análise de qualquer colaborador seja superior a 40% da sua remuneração total anual, a remuneração variável será diferida em pelo menos 40% por um período de 3 anos. O direito ao pagamento da componente variável da remuneração sujeita a diferimento é efetuado numa base proporcional ao longo do período de diferimento e poderá ser reduzida ou revertida caso o desempenho da Sociedade regrida ou seja negativo.

A estimativa de prémios por desempenho referente ao exercício de 2022 inclui o montante de 85 440 euros (2021: 173 700 euros) atribuído a colaboradores do Departamento Comercial que está sujeito a diferimento de acordo com o apresentado no quadro seguinte:

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Pagamento do prémio de desempenho 2021	363 957	23 160	23 160	23 160	-	433 437
Pagamento do prémio de desempenho 2022	35 000	250 265	11 392	11 392	11 392	319 441
	<b>398 957</b>	<b>273 425</b>	<b>34 552</b>	<b>34 552</b>	<b>11 392</b>	<b>752 878</b>



A título excecional o Conselho de Administração aprovou o pagamento antecipado de prémio a pagar em 2023, no montante de 35.000 euros. Os montantes a pagar em 2023, 2024, 2025 e 2026 correspondem ao diferimento de 40% da remuneração variável, cujo prémio por desempenho ultrapassa os 40% da remuneração total.

O efetivo médio de trabalhadores ao serviço da Sociedade, distribuído por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2022	2021
Conselho de Administração	2	2
Comercial/Investimentos	9	9
Específicas / Técnicas	2	2
Outras funções	3	2
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>15</b>

Os valores de remunerações fixas e variáveis pagos aos órgãos sociais da Sociedade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

	2022	2021	2022	2021
	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
Órgão de gestão	272 505	262 636	48 000	48 000
Órgão de fiscalização	30 000	25 500	-	-
<b>Total de remunerações</b>	<b>302 505</b>	<b>288 136</b>	<b>48 000</b>	<b>48 000</b>

Os valores de remunerações fixas e variáveis pagos aos colaboradores da Sociedade durante os exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	Efetivo médio trabalhadores 2022/2021	2022	2021	2022	2021
		Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
Departamento Comercial	5	460 412	433 649	296 745	146 985
Departamento de Investimentos	4	197 450	179 891	36 180	46 000
Funções de controlo	2	108 276	106 922	5 500	13 500
Outros departamentos	3	115 339	74 255	16 400	10 200
<b>Total de remunerações</b>	<b>14</b>	<b>881 477</b>	<b>794 717</b>	<b>354 825</b>	<b>216 685</b>

Em 2022 foi pago o montante de 402.825 euros a título de remuneração variável, tendo sido efetuado um acerto face à estimativa contabilizada em 2021 no montante de 3.868 euros.

Não existem remunerações pagas em ações ou em instrumentos indexados a ações.

**NOTA 11 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Suporte informático	(369 566)	(339 526)
Deslocações, estadas e representação	(156 085)	(82 136)
Avenças e honorários	(154 711)	(166 501)
Bancos de dados	(84 516)	(73 212)
Consultores e auditores externos	(70 063)	(109 709)
Rendas e alugueres	(47 076)	(38 785)
Informações	(27 838)	(13 293)
Comunicações	(21 487)	(22 112)
Outros (< 5.000 euros)	(13 043)	(15 992)
Outros fornecimentos de terceiros	(11 342)	(11 519)
Formação	(10 739)	(20 353)
Material de consumo corrente	(8 466)	(13 364)
Água energia e combustíveis	(6 014)	(5 457)
Transportes	(5 358)	(7 007)
<b>Total de gastos gerais administrativos</b>	<b>(986 304)</b>	<b>(918 966)</b>

O saldo apresentado na rubrica de suporte informático, diz respeito a custos com a manutenção de sistemas, suporte informático e avaliação de maturidade, assegurado por entidades terceiras, assim como ao custo do licenciamento do sistema informático utilizado pela Sociedade para a gestão de carteiras de clientes.

Os montantes faturados nos exercícios de 2022 e 2021, a título de honorários, pelo Revisor Oficial de Contas da Sociedade, função exercida pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., incluídos na rubrica de Avenças e honorários, ascenderam a 57 000 euros em 2022 e 54 500 euros em 2021 (montantes sem IVA), que se decompõem conforme segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Serviço de revisão legal	31 000	31 000
Outros serviços de garantia de fiabilidade	26 000	23 500
Outros serviços	-	18 500
	<b>57 000</b>	<b>73 000</b>

**NOTA 12 - IMPOSTOS**

Os valores registados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 na rubrica “passivos por impostos correntes” correspondem à estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício de 2022 e 2021 (líquida dos pagamentos por conta efetuados), apurado conforme segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Resultado antes de impostos	2 672 580	2 909 138
Montantes a acrescentar/ (deduzir)	118 710	107 037
Resultado tributável / (Prejuízo fiscal)	2 791 290	3 016 175
Base tributável	2 791 290	3 016 175
Imposto sobre o rendimento	586 171	633 397
Despesas tributadas autonomamente	17 584	13 606
Derrama municipal	41 869	45 243
Derrama estadual	38 739	45 485
Imposto corrente	684 363	737 731
Excesso de estimativa de imposto de 2020	-	41 115
<b>Total de imposto corrente</b>	<b>684 363</b>	<b>696 616</b>
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama municipal	1,50%	1,50%
Derrama estadual (lucro tributável > 1 500 000 e < 7 500 000 euros)	3,00%	3,00%
Carga fiscal	25,61%	23,95%
Taxa efetiva	22,50%	22,50%
Pagamentos por conta	639 633	493 643
<b>Imposto a pagar</b>	<b>44 730</b>	<b>244 088</b>

O pagamento do imposto corrente é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contados a partir do exercício a que respeitam, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais liquidações adicionais.

No caso de utilização de prejuízos fiscais, o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 63º do Código do IRC, a Autoridade Tributária poderá efetuar as correções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diferente do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião da Administração da Sociedade, não é previsível que venha a ser efetuada qualquer liquidação adicional, relativamente a 2021 e 2020, que seja significativa para as demonstrações financeiras da Sociedade.

O excesso de estimativa de 2020, apresentado no exercício de 2021, respeitava ao reembolso da derrama municipal no montante de 35 488 euros em que, após revisão da Modelo 22, foi verificado que a Sociedade



beneficiava de isenção ao abrigo do Ofício Circulado n.º 20229, apenas publicado em 16 de fevereiro de 2021, bem como de um reembolso no montante de 5 627 euros, respeitante a um acerto no montante calculado das despesas tributadas autonomamente.

### NOTA 13 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores desta rubrica correspondem a depósitos à ordem em outras instituições de crédito, nacionais e internacionais, os quais não são remunerados:

	31-12-2022	31-12-2021
Depósitos à Ordem - SGKB	1 815 981	2 233 162
Depósitos à Ordem - Millennium BCP	456 437	449 097
Depósitos à Ordem - Banco BiG	36 598	34 943
<b>Total de disponibilidades em outras instituições de crédito</b>	<b>2 309 016</b>	<b>2 717 202</b>

### NOTA 14 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores desta rubrica correspondem a aplicações em instituições de crédito no estrangeiro, as quais são remuneradas:

	31-12-2022	31-12-2021
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	754 168	-
<b>Total de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>	<b>754 168</b>	<b>-</b>

A Sociedade aplicou o excesso de liquidez num depósito fiduciário junto do BNP Paribas, no montante de 750 000 euros pelo prazo de 1 ano remunerado a uma taxa fixa anual de 2,47%.

### NOTA 15 – ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica é analisada como se segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Instrumentos de dívida pública portuguesa	540 272	516 743
<b>Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>540 272</b>	<b>516 743</b>

As obrigações do tesouro em balanço foram adquiridas com o objetivo de garantir o Sistema de Indemnização aos Investidores (“SII”), de acordo com o Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de junho, e o Regulamento n.º 2/2000 da CMVM, pelo que não podem ser utilizadas para outro fim.

Em junho de 2022 foi adquirida uma nova obrigação do tesouro português ("PGB 0.7 10/16/27") para o reforço da garantia prestada junto do SII, com cupão 0.7% e maturidade em 2027. Não foram alienados títulos durante o ano de 2022.

A decomposição da carteira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados é como se segue:

31-12-2022

Descrição	Quantidade	Valor nominal	Valor de aquisição	Valias	Juros corridos	Valor de Balanço
OTRV Euribor 6M+100	150 000	1,02	152 860	695	671	154 226
PGB 2,125 17/10/2028	120 000	1,07	128 702	(14 371)	531	114 862
PGB 0.3 10/17/31	225 000	0,97	218 048	(46 278)	139	171 908
PGB 0.7 10/15/27	110 000	0,95	104 115	(5 002)	162	99 276
			<b>603 725</b>	<b>(64 956)</b>	<b>1 503</b>	<b>540 272</b>

31-12-2021

Descrição	Quantidade	Valor nominal	Valor de aquisição	Valias	Juros corridos	Valor de Balanço
OTRV Euribor 6M+100	150 000	1,02	152 860	4 238	670	157 768
PGB 2,125 17/10/28	120 000	1,01	128 702	8 072	531	137 305
PGB 0.3 10/17/2031	225 000	0,97	218 048	3 483	139	221 670
			<b>499 610</b>	<b>15 793</b>	<b>1 340</b>	<b>516 743</b>

## NOTA 16 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis e ativos intangíveis, durante o exercício de 2022, foi o seguinte:

Rubrica	Saldo em 31-12-2021			Movimentos do ano				Saldo em 31-12-2022		
	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Abates	Outras aquisições	Aquisições - locação	Locação - Outros	Amortização do Exercício	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
Obras em imóveis arrendados	75 685	35 292	-	-	-	-	5 363	75 685	40 655	35 030
Mobiliário e material	51 819	24 591	-	-	-	-	7 469	51 819	32 060	19 759
Máquinas e ferramentas	65 401	24 093	(3 422)	34 358	-	-	16 749	96 337	37 420	58 917
Equipamento informático	53 694	20 743	(579)	7 300	-	-	12 993	60 415	33 157	27 258
Instalações interiores	5 539	2 025	-	-	-	-	503	5 539	2 528	3 011
Equipamento de segurança	5 950	5 562	-	-	-	-	388	5 950	5 950	-
Outro equipamento	6 013	527	-	-	-	-	231	6 013	758	5 255
Outros ativos locação - Viaturas LX	206 928	112 414	-	-	51 250	(33 882)	51 094	224 296	129 626	94 670
Outros ativos locação - Viaturas OPO	49 036	22 592	-	-	(15)	(21 741)	6 407	27 280	7 258	20 022
Outros ativos locação - Imóvel LX	506 165	337 049	-	-	345	-	118 883	506 510	455 932	50 578
<b>Total ativos tangíveis</b>	<b>1 026 230</b>	<b>584 888</b>	<b>(4 001)</b>	<b>41 658</b>	<b>51 580</b>	<b>(55 623)</b>	<b>220 080</b>	<b>1 059 844</b>	<b>745 344</b>	<b>314 500</b>
Sistemas de tratamento automático de dados ( <i>software</i> )	76 416	64 691	(9 966)	6 410	-	-	10 890	72 860	65 615	7 245
Outros ativos intangíveis - <i>Business transfer agreement</i>	1 762 845	631 686	-	-	-	-	176 284	1 762 845	807 970	954 875
Outros ativos intangíveis	20 442	14 407	(4 941)	5 545	-	-	5 848	21 046	15 314	5 732
<b>Total ativos intangíveis</b>	<b>1 859 703</b>	<b>710 784</b>	<b>(14 907)</b>	<b>11 955</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>193 022</b>	<b>1 856 751</b>	<b>888 899</b>	<b>967 852</b>

O movimento nas rubricas de ativos tangíveis e intangíveis, durante o ano de 2021, foi o seguinte:

Rubrica	Saldo em 31-12-2020			Movimentos do ano				Saldo em 31-12-2021		
	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Abates	Outras aquisições	Aquisições - locação	Locação - Outros	Amortização do Exercício	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Obras em imóveis arrendados	68 304	25 677	-	7 381	-	-	9 615	75 685	35 292	40 393
Mobiliário e material	44 662	18 124	(2 216)	9 373	-	-	8 683	51 819	24 591	27 228
Máquinas e ferramentas	36 130	14 310	-	29 271	-	-	9 783	65 401	24 093	41 308
Equipamento informático	35 269	9 728	-	18 425	-	-	11 015	53 694	20 743	32 951
Instalações interiores	2 423	1 374	-	3 116	-	-	651	5 539	2 025	3 514
Equipamento de segurança	5 950	4 010	-	-	-	-	1 552	5 950	5 562	388
Outro equipamento	5 607	337	-	406	-	-	190	6 013	527	5 486
Outros ativos locação - Viaturas LX	207 129	63 911	-	-	-	(201)	48 503	206 928	112 414	94 514
Outros ativos locação - Viaturas OPO	21 741	15 059	-	-	27 295	-	7 533	49 036	22 592	26 444
Outros ativos locação - Imóvel LX	506 165	221 223	-	-	-	-	115 826	506 165	337 049	169 116
<b>Total ativos tangíveis</b>	<b>933 380</b>	<b>373 753</b>	<b>(2 216)</b>	<b>67 972</b>	<b>27 295</b>	<b>(201)</b>	<b>213 351</b>	<b>1 026 230</b>	<b>584 888</b>	<b>441 342</b>
Sistemas de tratamento automático de dados ( <i>software</i> )	65 653	55 232	-	10 763	-	-	9 459	76 416	64 691	11 725
Outros ativos intangíveis - <i>Business transfer agreement</i>	1 762 845	455 402	-	-	-	-	176 284	1 762 845	631 686	1 131 159
Outros ativos intangíveis	19 474	10 489	(184)	1 152	-	-	4 102	20 442	14 407	6 035
<b>Total ativos intangíveis</b>	<b>1 847 972</b>	<b>521 123</b>	<b>(184)</b>	<b>11 915</b>	-	-	<b>189 845</b>	<b>1 859 703</b>	<b>710 784</b>	<b>1 148 919</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos abatidos encontravam-se totalmente amortizados.

Na data de efetivação do contrato de *Business Transfer Agreement* em 1 de junho de 2018, o valor líquido de parte do imobilizado, assim como, o valor atribuído à vida útil esperada de outras partes do imobilizado, foram transferidos para a LMcapital. Nessa mesma data, foi também contabilizado o ativo intangível associado à carteira de clientes transferida no montante de 1 762 845 euros.

Relativamente ao valor alocado à carteira de clientes, no montante de 1 762 845 euros, foi possível determinar com razoável grau de fiabilidade a vida útil deste ativo, fixada em 10 anos (média histórica da relação dos clientes com o SGKB, ponderada pelos ativos em carteira), tendo em conta os dados abaixo:

- Montante dos ativos a transferir;
- Início do ano de relação do cliente com o SGKB, comparado com o ano da transferência; e
- Média ponderada destes dois parâmetros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os “Outros ativos locação” respeitam aos ativos por direito de uso decorrentes da adoção da IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019.

A Sociedade tem contratadas locações operacionais de viaturas, ao serviço dos colaboradores e da administração, bem como do edifício onde se encontra a sua sede social. Os contratos de locação operacional das viaturas apresentam uma duração de 48 meses e o do edifício uma duração de 60 meses. Os contratos de leasing são negociados individualmente e apresentam diferentes termos e condições.



## NOTA 17 – ATIVOS DE CONTRATOS COM CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica é composta por:

	31-12-2022	31-12-2021
Comissão de gestão	1 556 354	1 709 561
Comissão de consultoria e de prestação de informação consolidada	32 443	47 383
<b>Total de ativos de contratos com clientes</b>	<b>1 588 797</b>	<b>1 756 944</b>

O saldo em 31 de dezembro de 2022 reflete o acréscimo das comissões de gestão das carteiras de clientes relativas, essencialmente, ao último trimestre de 2022 e que serão cobradas em janeiro de 2023.

## NOTA 18 – OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica é analisada como se segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Seguros	27 335	25 745
IVA a recuperar	20 635	27 741
Outras despesas com encargos diferidos	15 724	15 840
Outros devedores diversos	8 017	8 017
Fundo de compensação de trabalho	3 469	2 549
Adiantamentos a fornecedores	2 923	2 004
Outras rendas	932	1 175
<b>Total de outros ativos</b>	<b>79 034</b>	<b>83 070</b>

O valor registado na sub-rubrica “Outros devedores diversos”, diz respeito ao montante de caução pago previsto no contrato de arrendamento.

## NOTA 19 – OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica é analisada como se segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Encargos a pagar - por custos com pessoal	552 306	611 981
IVA a pagar	221 554	287 398
Rendas de locação operacional	155 189	280 285
Encargos a pagar - por gastos gerais administrativos	57 714	71 156
Retenção IRS - sobre rendimentos de trabalho dependente	39 067	22 439
Contribuições para a segurança social	28 855	26 046
Outros encargos a pagar - gastos gerais administrativos	25 022	23 657
Outros custos a pagar	14 996	11 831
Retenção - sobre rendimentos prediais	140	139
Outros	91	50
<b>Total de outros passivos</b>	<b>1 094 934</b>	<b>1 334 982</b>

O montante registado em “Encargos a pagar – por custos com pessoal” inclui, em 31 de dezembro de 2022, a estimativa contabilística de prémios por desempenho, no total de 353 921 euros (2021: 433 437 euros), o qual irá ser pago e atribuído aos colaboradores e Administração da Sociedade, conforme referido na Nota 10.

As rendas de locação operacional, no montante de 155 189 euros, decorrem da adoção da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019 e dizem respeito ao registo do valor atual dos montantes a pagar ao abrigo dos contratos de aluguer dos imóveis e das viaturas que se encontram ao serviço da Sociedade.

## NOTA 20 – CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

### Ações Ordinárias

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Sociedade é de 1 250 000 euros, integralmente realizado em dinheiro, sendo representado por 1 250 000 ações tituladas nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, subscrito conforme segue:

- (i) 1 249 992 euros, correspondente a 1 249 992 ações, pela acionista Lopes Marques Consultadoria, Lda;
- (ii) 2 euros, correspondente a 2 ações, pela acionista Majestiknumber, Lda;
- (iii) 2 euros, correspondente a 2 ações, pelo acionista Miguel Ângelo Fraga Lopes Marques;
- (iv) 2 euros, correspondente a 2 ações, pela acionista Rita Amado de Albuquerque Rodrigues Lopes Marques; e
- (v) 2 euros, correspondente a 2 ações, pela acionista Sílvia Maria Brito Leal.

Em julho de 2021 a Sociedade efetuou o aumento do capital social no montante de 600 000 euros por incorporação de resultados transitados, com o correspondente reforço proporcional das participações dos acionistas.

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresenta a seguinte composição:

	<b>31-12-2022</b>	<b>31-12-2021</b>
Capital Realizado	1 250 000	1 250 000
Outras reservas e resultados transitados	1 577 334	1 245 456
Reserva Legal	598 424	377 172
Resultado do exercício	1 988 217	2 212 522
<b>Total de capital, reservas e resultados transitados</b>	<b>5 413 975</b>	<b>5 085 150</b>

Nos termos do artigo 95.º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”), uma percentagem não inferior à 20.ª parte dos lucros da Sociedade é destinada à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração, até que aquela represente a 5.ª parte do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, a reserva legal da Sociedade excede o limite mínimo previsto no CSC, motivo pelo qual não é necessário o seu reforço por via da aplicação do resultado do exercício.

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 9 de março de 2022, o resultado do exercício de 2021, foi aplicado conforme se segue: 10% do mesmo (221 252 euros) transferido para a conta de reserva legal, 75% (1 659 392 euros) distribuídos pelos acionistas e os restantes 15% (331 878 euros) transferidos para a conta de resultados transitados.

O resultado positivo apurado pela Sociedade, no exercício de 2022, no montante de 1 988 217 euros, será aplicado da seguinte forma, conforme proposta do Conselho de Administração à Assembleia-Geral: 20% do mesmo (397 643 euros) transferido para a conta de resultados transitados e 80% (1 590 574 euros) distribuídos pelos acionistas. Esta proposta não coloca em causa o cumprimento de qualquer indicador e requisito regulatório.

### Fundos Próprios

À data de 31 de dezembro de 2022, o rácio de solvabilidade da Sociedade, resultante da aplicação do Regulamento nº 2019/2033 da União Europeia, é apresentado como se segue:

<b>Fundos Próprios de base</b>	<b>31-12-2022</b>	<b>31-12-2021</b>
Capital realizado	1 250 000	1 250 000
Resultados transitados do exercício anterior e outras reservas	2 175 758	1 622 628
Requisitos de avaliação prudente	(540)	(517)
Ativos intangíveis	(967 852)	(1 148 919)
<b>Total Fundos Próprios de base</b>	<b>2 457 366</b>	<b>1 723 192</b>
<b>Requisitos de Fundos Próprios (método das despesas gerais fixas)</b>	<b>706 657</b>	<b>610 862</b>
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>27,82%</b>	<b>22,57%</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o rácio de solvabilidade da Sociedade ascende respetivamente a 27,82% e 22,57%.

### NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas da Sociedade:

- (i) Uma sociedade na qual um membro do órgão de administração ou do órgão de fiscalização, ou o seu cônjuge, unido de facto, parente ou afim em 1.º grau detém o controlo ou exerce influência significativa;
- (ii) Membros dos órgãos de administração e de fiscalização; e



- (iii) Cônjuge, unido de facto, parente ou afim em 1.º grau dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização;

As transações com partes relacionadas ocorridas em 2022 e 2021 são relativas à distribuição de dividendos, tal como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Lopes Marques Consultadoria, Lda	1 659 392	922 721
<b>Total</b>	<b>1 659 392</b>	<b>922 721</b>

As transações com partes relacionadas relativas a pagamentos ao Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização são mencionadas na Nota 10.

## NOTA 22 – EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
Responsabilidade potencial para o S.I.I	972 815	939 434
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
Montantes administrados pela Sociedade	992 139 678	1 099 225 802

## NOTA 23 – GESTÃO DE RISCOS

O exercício da atividade da LMcapital envolve a assunção de riscos de diversas naturezas que, se não forem adequadamente geridos, poderão comprometer a sua sustentabilidade e viabilidade financeira.

### Sistema de Gestão de Riscos

O Sistema de Gestão de Riscos é parte integrante do Sistema de Controlo Interno da Sociedade e visa proporcionar um adequado ambiente de controlo, no âmbito do qual, a Sociedade desenvolve a sua atividade, de forma enquadrada com a sua apetência pelo risco.

O Sistema de Gestão de Riscos implementado pretende ser sólido, eficaz e consistente. Na sua implementação, foi aplicado o princípio da proporcionalidade, que define a Sociedade como uma instituição de pequena dimensão, revelando baixa complexidade das atividades exercidas, assegurando, a coerência entre o perfil de risco da Sociedade e o seu modelo de negócio e garantindo sempre o cumprimento dos objetivos regulamentares nesta matéria.

O modelo de gestão do risco contempla cinco etapas essenciais, designadamente: i) identificação; ii) avaliação; iii) resposta (procedimentos instituídos de mitigação); iv) monitorização; e v) reporte.

Em relação a cada categoria de risco foram identificados fatores, internos ou externos, a que a Sociedade está ou pode vir a estar exposta e que possam afetar a sua capacidade para atingir os seus objetivos estratégicos. Este processo – de identificação – é executado com periodicidade mínima anual, visando a identificação de novas categorias e fatores de risco.

Os riscos identificados são posteriormente avaliados quanto à probabilidade de ocorrência de perdas e respetivo impacto, de forma a permitir a sua classificação e hierarquização quanto à sua materialidade, bem como a identificação de adequados controlos mitigadores desses riscos, de modo a garantir que permanecem dentro dos limites de risco definidos.

Esta abordagem encontra-se sustentada num processo estratégico de autoavaliação do perfil de risco, que integra as componentes de identificação e a avaliação da materialidade dos riscos aos quais a Sociedade se encontra exposta. A metodologia aplicada é baseada em elementos qualitativos e, sempre que possível, quantitativos, permitindo assim uma aproximação dos impactos esperados para cada categoria de risco.

Todas as categorias de risco consideradas materiais são geridas de acordo com procedimentos dedicados de monitorização e controlo, numa perspetiva individual e agregada, objeto de uma metodologia dedicada e controlados através de métricas e limites específicos.

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado pelos seguintes elementos:

- Quadro de apetite pelo risco;
- Estratégia de gestão de risco;
- Estrutura, políticas e procedimentos organizativos;
- Modelo de gestão de riscos: Identificação, avaliação, resposta, monitorização/controlo e reporte do risco com base nos níveis de tolerância definidos;
- Planeamento e gestão do capital interno e liquidez (ICAAP e ILAAP);
- Testes de esforço; e
- Planos de contingência e continuidade do negócio.

Pretende-se, desta forma, assegurar que os riscos se mantêm em níveis compatíveis com a tolerância ao risco pré-definida pelo Conselho de Administração, consubstanciada no conjunto de indicadores que constam da “Declaração de Apetência ao Risco” e que não afetam significativamente a situação financeira da Sociedade.

### Perfil de Risco da Sociedade (níveis de tolerância ao risco)

A Sociedade desenvolve a sua atividade de uma forma sustentada e prudente, assente em princípios de solidez, sustentabilidade e rendibilidade, que garantem a compatibilidade entre a estratégia de negócio traçada e os níveis de tolerância ao risco definidos.

O apetite pelo risco estabelecido pelo Conselho de Administração assegura a manutenção de rácios de balanço sólidos, por meio de uma adequada posição de capital e de um perfil de liquidez seguro, que permite enfrentar potenciais situações de *stress*. Procura também assegurar níveis de capital suficientes para fazer face a eventuais perdas, mantendo-se acima dos níveis exigidos pelas entidades de supervisão e garantindo a continuidade da atividade da Sociedade.

O Quadro de Apetite pelo Risco *RAF (Risk Appetite Framework)* constitui um elemento principal do sistema de gestão de riscos implementado na Sociedade, consistindo numa abordagem integrada, segundo o qual a estratégia e o apetite ao risco são estabelecidos, comunicados e monitorizados. O RAF encontra-se suportado pela Política de Gestão de Riscos, pelos processos de governação implementados, pelo estabelecimento de controlos e limites de tolerância, e tem como objetivo promover:

- A informação e consciencialização dos colaboradores sobre riscos a que a atividade da Sociedade se encontra exposta, contribuindo para um ambiente de controlo sólido;
- O conhecimento da estratégia do Conselho de Administração para gerir e controlar os riscos; e
- A tomada de decisão informada e consistente com os objetivos traçados.

Os elementos que constituem o RAF são os seguintes:

- "Declaração de Apetite pelo Risco" (*RAS - Risk Appetite Statement*) que formaliza os riscos que a Sociedade está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos estratégicos. Inclui medidas quantitativas expressas em resultados, capital, medidas de risco, liquidez e outras medidas relevantes consideradas apropriadas, assim como declarações qualitativas;
- "Estratégia de Risco" definida para todos os riscos classificados como 'materiais' pelo processo de identificação de riscos. Para cada risco material é definido o programa de trabalho a desenvolver para mitigar (ou até mesmo eliminar) os riscos em causa;
- O "Sistema de Gestão de Risco" integrado no quadro de controlo interno, materializado pelo conjunto de normativos internos que permitem uma monitorização, controlo e gestão corrente dos riscos, incluindo a própria Política de Gestão de Riscos; e



- O "Sistema de Reporte" através do qual são sistematicamente monitorizados e reportados ao Conselho de Administração da LMcapital os vários indicadores e níveis de risco face aos respetivos limites definidos.

A RAF da Sociedade é uma estrutura sujeita a revisões regulares, em função dos vários desenvolvimentos nos normativos internos e externos e à forma como estes influenciam as perspetivas de evolução dos riscos materiais da Sociedade.

A RAS estabelece formalmente a apetência pelo risco da Sociedade, definindo o nível máximo de risco que a Sociedade está disposta a assumir para cada categoria de risco considerada material.

A estratégia de risco está diretamente relacionada com os objetivos e Plano Estratégico da Sociedade, regularmente revisto e monitorizado pelo Conselho de Administração. O Plano Estratégico estabelece o modelo de governo e envolvimento das diferentes áreas da Sociedade, a gestão do risco, os mecanismos de monitorização e a integração do apetite pelo risco nos processos de gestão de tomada de decisão.

### **Declaração de Apetência pelo Risco (RAS)**

A RAS da Sociedade é aprovada pelo Conselho de Administração, a partir das políticas e planos de atividades propostos pela Função de Gestão de Riscos (FGR) e pela Função de *Compliance*, e assenta nos seguintes princípios gerais:

- **Garantir níveis de solvência e liquidez** - a Sociedade assegura níveis adequados de solvência e liquidez, observando os seguintes princípios:
  - a. Manter a solidez de capital através de uma avaliação regular da estrutura de balanço;
  - b. Manter um nível de capital acima das exigências regulamentares, garantindo uma taxa de conservação em linha com as expetativas de mercado tanto em cenários normais como em cenários adversos;
  - c. Continuar a assegurar uma posição de liquidez estável, sólida e segura capaz de suportar cenários adversos e um período mínimo de sobrevivência de 6 meses.
- **Assegurar a sustentabilidade de longo prazo mantendo um crescimento sustentado através dos clientes atuais e potenciais** – a Sociedade assegura a sua sustentabilidade e posição no mercado observando os seguintes princípios:
  - a. Sustentabilidade de longo prazo, através de uma monitorização adequada dos riscos do balanço e fora de balanço, de uma melhoria na eficiência operacional e da gestão dos riscos que possam pôr em causa a execução da estratégia da sociedade;
  - b. Manutenção de uma estrutura plana e transparente que proporciona elevados níveis de satisfação aos clientes e minimize o risco operacional.

- **Adotar práticas de excelência na gestão de risco** - a Sociedade assegura a adoção das melhores práticas na gestão de risco, observando os seguintes princípios:
  - a. Opera de acordo com princípios sólidos e eficazes de gestão de risco e políticas que asseguram o cumprimento das leis e regulamentos, garantindo o pleno alinhamento com as melhores práticas internacionalmente reconhecidas;
  - b. Desenvolve uma forte cultura de gestão de risco focada na salvaguarda da solvência e liquidez da Sociedade, evitando riscos que possam afetar os *stakeholders*, em particular os clientes, e assegurando uma forte reputação e imagem no mercado.

A RAS é revista, pelo menos, uma vez por ano (ou sempre que as circunstâncias em matéria de riscos identificados a cada momento assim o determinem), tanto em termos dos limites de tolerância ao risco considerados, como em termos do grau de risco atribuído a cada categoria de risco. Para cada categoria de risco identificada, o grau de risco é fixado a partir de uma classificação (Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto).

#### **Identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de riscos**

A definição das categorias de risco a que a Sociedade está ou pode vir a estar exposta, encontra-se suportada nas categorias definidas no quadro legal e regulamentar existente, designadamente no Anexo I do Regulamento da CMVM n.º 9/2020.

As categorias de risco abaixo identificadas procuram abranger todos os fatores associados aos eventos de risco que poderão ter um impacto material e aos quais a Sociedade está ou pode vir a estar exposta. Não foram identificadas categorias de risco adicionais.



Categoria de Risco REI	Categoria de Risco	Subcategoria de Risco
Risco de modelo de negócio	Risco de estratégia e modelo de negócio	Sustentabilidade do modelo de negócio
		Viabilidade do modelo de negócio
Risco de governo interno	Risco de governo interno	Estrutura de governo interno
		Estrutura de gestão de risco e cultura
		Infraestruturas, dados e reporte
Risco de crédito	Risco de crédito	Incumprimento
		País
Risco de mercado	Risco de mercado	Instrumentos de capital na carteira própria
Risco de taxa de juro na carteira própria	Risco de taxa de juro na carteira própria	Evolução negativa das taxas de juro dos mercados financeiros
Risco operacional	Risco operacional	Fraude interna e externa
		Práticas em matéria de emprego e segurança no local de trabalho
		Clientes, produtos e práticas comerciais
		Danos em ativos físicos
		Perturbação das atividades de negócio e falhas no sistema
		Execução, entrega e gestão de processos
Risco de liquidez e financiamento	Risco de liquidez e financiamento	Concentração de liquidez e/ou financiamento
		Cash-flow mismatch
Outros riscos	Risco dos ativos sob gestão	Mercado
		Crédito
		Liquidez
		Concentração
		Cambial
		Taxa de Juro
	Risco de compliance	Regulamentação externa (leis e regulamentos)
		Normativo interno
	Risco de BC/FT	Atividades de investimento (MIFID II)
		Reporte periódico, pedidos de informação da entidade de supervisão e envio de informação obrigatória a outras entidades externas
	Risco de tecnologias de informação e comunicação (TIC)	Incumprimento das obrigações relativas à prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo
		Definição e implementação da estratégia
		Segurança lógica
		Gestão de alterações
Qualidade e integridade de dados		
Disponibilidade e continuidade		
Risco de sustentabilidade (ESG)	Segurança física	
	Cibersegurança	
	Inovação tecnológica	
Risco de reputação	Subcontratação	
	Sustentabilidade ambiental	
Risco de proteção de dados pessoais	Sustentabilidade social	
	Governo	
Risco de seguro	Imagem e relação com stakeholders	
	Práticas de negócio e mercado impróprias	
		Proteção de dados pessoais
		Perdas por falta de cobertura

Todas as categorias avaliadas como materiais são sujeitas à quantificação dos seus impactos, competindo à Função de Gestão de Riscos e Controlo Interno desenvolver, documentar e aprovar os modelos de avaliação de risco ou as metodologias de quantificação dessas categorias, traduzindo o seu impacto em termos de consumo de capital, da posição de liquidez ou de outra medida quantitativa ou qualitativa considerada adequada.

Para o efeito, nos termos do quadro de controlo interno implementado, a atividade da Sociedade encontra-se dividida em processos significativos, transversais a todas as áreas funcionais e segmentos de atividade, nomeadamente:



- A. Processo de abertura, monitorização e encerramento de conta cliente;
- B. Estrutura organizacional, governo interno, entradas e saídas de capital, idoneidade e proveniência de fundos;
- C. Gestão de carteiras, consultoria de investimentos e entidades custodiantes;
- D. Salários e outras despesas associadas a empregados;
- E. Compras e contas a pagar;
- F. Fecho de contas, impostos e reporte;
- G. Tecnologias de informação.

Para cada um destes processos foram definidos e implementados controlos. Cada controlo é executado para mitigar um risco específico ou um conjunto de riscos previamente identificados.

Os controlos implementados são avaliados e revistos periodicamente pela Função de Gestão de Riscos e Controlo Interno e pela Função de *Compliance*. Em caso de alterações/exceções, as mesmas são reportadas ao Conselho de Administração. Deste modo, o processo de gestão de riscos:

- inclui a identificação das diferentes categorias e subcategorias de risco a que a Sociedade está ou pode estar exposta, detalhando a exposição da Sociedade a cada uma dessas categorias;
- inclui a definição de controlos associados a cada processo significativo, por forma a mitigar os riscos identificados;
- inclui a definição de níveis de tolerância ao risco, nos termos da Declaração de Apetite pelo Risco da Sociedade, que são monitorizados periodicamente e reportados ao Conselho de Administração;
- é suportado por testes de *stress* e outras análises qualitativas e quantitativas, com um grau de fiabilidade e de sofisticação adequado à natureza e magnitude dos riscos em apreço e à complexidade e dimensão da atividade da Sociedade a cada momento;
- é executado com uma periodicidade suficiente, de forma a permitir a atualização adequada dos resultados do processo de avaliação, tendo em vista a deteção tempestiva de desvios e a tomada de decisões quanto aos mesmos em tempo oportuno;
- é baseado em hipóteses, parâmetros e fontes de informação adequados e fiáveis.

Detalham-se e definem-se abaixo as principais categorias de risco cuja análise, avaliação e acompanhamento consideramos relevante face à dimensão e atividade da Sociedade, sendo aquelas que poderão afetar de forma mais significativa a sustentabilidade e viabilidade financeira da Sociedade:

### **Risco de estratégia e modelo de negócio**

O risco de estratégia e modelo de negócio consiste na ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações no meio envolvente ou a alterações no ambiente de negócios da Sociedade.

O risco de estratégia e modelo de negócio divide-se em 2 subcategorias:

- O risco de viabilidade do modelo de negócio que inclui os riscos referentes a resultados atuais e futuros, à integridade do capital e das posições de liquidez e à reputação da Sociedade, decorrentes de decisões de negócio ou a falhas na sua execução, tendo em consideração também fatores externos;
- O risco de sustentabilidade do modelo de negócio traduz-se no risco de disrupção das orientações chave da estratégia da Sociedade, podendo colocar em causa a sua incapacidade para criar valor e é um risco transversal às várias categorias de risco.

A gestão do risco de modelo de negócio consubstancia um pilar fundamental no desenvolvimento da atividade da Sociedade e na definição da estratégia que a suporta, apoiada no quadro da apetência pelo risco, na definição dos princípios, responsabilidades e nos processos para a gestão de cada risco material.

O Conselho de Administração assegura uma gestão adequada do risco de estratégia e modelo de negócio, formalizando os conceitos, os princípios orientadores, o modelo de gestão de risco, bem como os principais elementos e processos do quadro de gestão de risco associado.

Devido à instabilidade dos mercados financeiros, a Sociedade considera o risco de estratégia e modelo de negócio como médio, motivando um maior acompanhamento do plano estratégico e da execução orçamental.

### **Risco de governo interno**

O risco de governo interno engloba a estrutura de governo interno, a estrutura de gestão de risco e cultura de risco e as infraestruturas, dados e reporte.

A estrutura de governo interno consubstancia a estrutura formal definida pelo órgão de administração para exercer controlo sobre a Sociedade, sendo essencial que a estrutura estabelecida para esse efeito seja adequada às suas características específicas, nomeadamente à sua dimensão e complexidade das atividades

exercidas. Um modelo de organização desadequado coloca em risco um processo de tomada de decisão informado.

A falta de estrutura de gestão de risco e cultura de risco define-se por uma incorreta ou desadequada delimitação de responsabilidades e uma deficiente construção dos processos de identificação, gestão e monitorização dos riscos a que a sociedade está exposta que poderá colocar em causa a estratégia de negócio definida. Neste caso, existe o risco da gestão e cultura de risco implementadas não assegurarem a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a Sociedade está ou pode vir a estar exposta.

Por sua vez, a falta de infraestruturas, dados e reporte define-se como o risco dos recursos técnicos disponíveis e implementados não permitirem o acesso a informação interna ou externa necessária ao exercício da atividade e ao reporte de informação fiável, íntegra, completa e atempada.

Neste âmbito, o Conselho de Administração estabeleceu políticas e procedimentos para a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a Sociedade está ou pode vir a estar exposta, assegurando a sua adequada implementação e cumprimento. Deste modo, o risco de governo interno é considerado baixo.

### **Risco de crédito**

O risco de crédito corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Sociedade.

Associado ao risco de crédito está o risco país, i.e., o risco associado a alterações ou perturbações específicas de natureza política, económica ou financeira, que podem impedir o cumprimento de um contrato, independentemente da vontade ou capacidade das contrapartes, bem como o risco concentração de contraparte e emissor, i.e, a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento da contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Sociedade.

A Sociedade considera o risco de crédito baixo.

### **Risco de mercado**

O risco de mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias.



Os títulos em balanço são os estritamente necessários para garantir, por meio de penhor, a obrigação irrevogável assumida perante o Sistema de Indemnização aos Investidores (“SII”), motivo pelo qual este risco é considerado baixo.

### **Risco de taxa de juro na carteira própria**

O risco de taxa de juro define-se como o risco resultante de alterações no mercado de taxas de juro e de como estas podem afetar os ativos financeiros da Sociedade.

A Sociedade considera este risco baixo, tendo em conta o tipo e o montante dos ativos envolvidos (depósitos não remunerados e obrigações do tesouro).

### **Risco operacional**

O risco operacional define-se como o risco de incorrer em prejuízos financeiros resultantes de deficiências na definição ou execução de procedimentos internos, recursos humanos insuficientes ou inadequados, falhas nos sistemas de informação ou como consequência de fatores externos.

A Sociedade tem implementados procedimentos e princípios de gestão e controlo do risco operacional, que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los. Adicionalmente, garante a existência de avaliações periódicas sobre as principais atividades da Sociedade, com o objetivo de identificar novos riscos inerentes aos processos e produtos e avaliar a eficácia dos mecanismos de controlo existentes. Com base nos controlos instituídos são definidos planos de ação para mitigar os riscos identificados.

Deste modo, a Sociedade tem implementados procedimentos e princípios de gestão e controlo do risco operacional e desenvolve análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respetiva reconciliação contabilística. Adicionalmente, A Sociedade possui políticas de proteção de dados, participação de irregularidades e de subcontratação que vêm dispor os princípios orientadores que estas matérias devem versar.

Associado ao risco operacional está o risco de tecnologias de informação e comunicação, que se define como o risco associado à incapacidade para impedir acessos não autorizados, garantir a adequação, disponibilidade e integridade dos sistemas e dados, adaptar os sistemas de informação às novas necessidades, dentro de um intervalo de tempo e a custos razoáveis, bem como o prosseguimento da estratégia definida.

A Sociedade considera este risco alto, justificado sobretudo pela componente relativa aos sistemas de informação e comunicação, em linha com os diversos alertas emitidos pelos supervisores em matéria de cibersegurança.

### **Risco de liquidez e de financiamento**

O risco de liquidez e de financiamento define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da Sociedade de dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que estas se vencem.

Como estratégia de redução do risco de liquidez e de financiamento, a Sociedade diversifica as suas fontes de financiamento entre clientes particulares e coletivos, garante uma reserva de ativos com liquidez que permite, em casos extraordinários de mercado, a manutenção da estabilidade financeira da Sociedade e mantém um equilíbrio adequado dos prazos residuais dos *cash-flows* ativos e passivos. Deste modo, a Sociedade considera o risco de liquidez e de financiamento baixo.

### **Risco reputacional**

O risco de reputação consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma perceção negativa da imagem pública da Sociedade, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral.

O Conselho de Administração monitoriza, de forma contínua, o impacto de uma eventual perceção negativa da imagem da Sociedade junto dos seus principais *stakeholders*. Neste âmbito, estão definidos e implementados procedimentos para uma seleção criteriosa de parceiros e as políticas de comunicação da informação têm como objetivo implementar instrumentos que assegurem a transparência dos atos de gestão e da situação patrimonial.

O risco de reputação é um risco transversal que pode emergir dos demais riscos da gestão da LMcapital, o que significa que a estratégia deste risco passa também pela gestão dos demais riscos decorrentes da atividade de gestão de ativos.

Por norma, os riscos associados a uma perceção negativa da imagem costumam ter impactos significativos, motivo pelo qual a Sociedade avalia este risco como médio.

### **Risco de *compliance***

O risco de *compliance* é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de

negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

A Função de *Compliance* é responsável por identificar, avaliar, monitorizar, aconselhar e reportar situações que possam colocar em risco o cumprimento das obrigações a que a LMcapital está sujeita e por evitar perdas financeiras materiais ou danos na reputação que a Sociedade poderá sofrer devido ao não cumprimento da legislação que lhe é aplicável.

Tendo em conta que o conceito de *compliance* é transversal a toda a organização, é exigido a todos os colaboradores um padrão de conduta que assegure o cumprimento rigoroso de todas as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis à atividade da Sociedade.

A estratégia de negócio definida pelo Conselho de Administração prevê o estrito cumprimento de todas e quaisquer disposições normativas aplicáveis à atividade da Sociedade, quer de índole legal, regulamentar ou regulatória, em conformidade com padrões de ética, conduta e de acordo com as melhores práticas exigíveis promovendo a boa imagem e produtividade da Sociedade.

A estratégia de gestão do risco de *Compliance* visa promover a robustez dos processos e procedimentos alicerçados em sistemas de informação que permitam garantir a todo o momento o cumprimento de normas, leis, regulamentos aplicáveis à atividade, garantindo o alinhamento com o apetite ao risco definido.

A elevada intensidade regulatória justifica a avaliação deste risco como médio.

### **Risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo**

Consiste no risco de envolvimento da Sociedade em atividades que envolvam o branqueamento de capitais e/ou financiamento do terrorismo ("BC/FT"), podendo comprometer a sua reputação e estabilidade, bem como a confiança que o cliente nela deposita. Este risco tem uma forte componente reputacional, traduzindo-se no potencial da publicidade negativa das práticas de negócio, seja ou não verdadeira, causar uma perda de confiança na integridade da instituição. Este risco está também associado ao incumprimento de normas legais e regulamentares de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como a medidas restritivas adotadas por organizações internacionais.

O risco de BC/FT é avaliado, acompanhado e controlado pela Função de *Compliance* da Sociedade. Neste âmbito, a LMcapital tem implementado um modelo de gestão de risco de BC/FT que engloba a identificação de fatores de risco, a sua probabilidade de ocorrência, assim como procedimentos, medidas preventivas e controlos mitigadores para cada um dos riscos identificados. Estão igualmente assegurados programas de formação destinados a garantir a conformidade de todos os colaboradores da Sociedade com o enquadramento legal existente nesta matéria.



A estratégia de prevenção e deteção do envolvimento da Sociedade neste tipo de atividades prevê níveis de tolerância muito reduzidos, estando definidos critérios restritos de aceitação de clientes, procedimentos e controlos de prevenção e deteção, assim como a monitorização diária da movimentação efetuada nas contas dos clientes da Sociedade junto das entidades custodiantes.

A Sociedade considera o risco de BC/FT baixo.

### **Risco de seguro**

Este risco de seguro materializa-se em perdas originadas por coberturas insuficientes dos seguros contratados pela Sociedade.

A estratégia de mitigação deste risco passa por garantir que não existem coberturas insuficientes ou desadequadas que possam originar perdas financeiras na Sociedade e que todos os seguros contratualizados estão inventariados e são acompanhados pelo Departamento Administrativo e pelo CFO da Sociedade.

A Sociedade considera o risco de seguro baixo.

### **Risco de sustentabilidade**

O risco de sustentabilidade pode ser definido como um facto ou ocorrência de ordem ambiental, social ou de governo (“ASG”) que, caso ocorra, pode ter um impacto material negativo sobre o valor do investimento.

Os fatores ambientais incluem, nomeadamente, preocupações relacionadas com a pegada ambiental de uma empresa, região ou país e a necessidade de preservação ambiental, a política ambiental e a gestão ambiental. Os fatores sociais englobam direitos dos trabalhadores, segurança, diversidade, educação, direitos humanos, acesso à saúde e desenvolvimento físico, literacia, entre outros. Por sua vez, os fatores de governo das sociedades referem-se ao sistema de políticas e práticas ao abrigo das quais uma empresa é dirigida e controlada, abrangendo questões de transparência, independência dos órgãos sociais, direitos dos acionistas, combate à corrupção e organização do modelo de governação com vista ao cumprimento de objetivos de longo prazo, entre outros.

A Sociedade tem como objetivo construir um modelo de negócio responsável e dar a conhecer o seu compromisso em termos de investimento sustentável, incorporando os fatores ASG na sua estratégia e modelo negócio, bem como no processo de tomada de decisões de investimento nas carteiras por si geridas.

A Sociedade considera o risco de sustentabilidade baixo.

**NOTA 24 – JUSTO VALOR**

Os ativos financeiros que se encontram registados no Balanço da Sociedade ao custo amortizado são as disponibilidades em outras instituições de crédito, constituídas por depósitos à ordem e aplicações financeiras, sendo o justo valor idêntico ao valor pelo qual se encontram registadas, considerando os prazos curtos associados a estes ativos financeiros, e os ativos de contratos com clientes, que compreendem o acréscimo das comissões de gestão das carteira de clientes, cujo justo valor é idêntico ao seu valor de balanço considerando o prazo de recebimento das mesmas.

	31-12-2022				Valor de balanço
	Custo amortizado	Justo valor			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 13)	2 309 016	-	-	-	2 309 016
Aplicações em instituições de crédito (Nota 14)	754 168	-	-	-	754 168
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 15)	-	540 272	-	-	540 272
Ativos de contratos com clientes (Nota 17)	1 588 797	-	-	-	1 588 797
Outros ativos (Nota 18)	79 034	-	-	-	79 034
Outros passivos (Nota 19)	1 094 934	-	-	-	1 094 934

	31-12-2021				Valor de balanço
	Custo amortizado	Justo valor			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 13)	2 717 202	-	-	-	2 717 202
Aplicações em instituições de crédito (Nota 14)	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 15)	-	516 743	-	-	516 743
Ativos de contratos com clientes (Nota 17)	1 756 944	-	-	-	1 756 944
Outros ativos (Nota 18)	83 070	-	-	-	83 070
Outros passivos (Nota 19)	1 334 982	-	-	-	1 334 982

**NOTA 25 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras pela Administração da Sociedade, não é do seu conhecimento qualquer acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2022, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que justifique ajustamentos ou divulgações materialmente relevantes nas demonstrações financeiras apresentadas.







## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da LMcapital Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A. (a Entidade), anteriormente denominada LMcapital Wealth Management – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 6.553.639 euros e um total de capital próprio de 5.413.975 euros, incluindo um resultado líquido de 1.988.217 euros), a demonstração de resultados e de outro rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da LMcapital Wealth Management – Empresa de Investimento, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- d) adoção de políticas e critérios contábilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

#### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

21 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, ROC n.º 952  
Registado na CMVM com o n.º 20160569





**LMCAPITAL WEALTH MANAGEMENT – EMPRESA DE  
INVESTIMENTOS, S.A.  
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL  
2022**

Excelentíssimos Senhores Acionistas da

LMCAPITAL WEALTH MANAGEMENT – EMPRESA DE INVESTIMENTOS, S.A.

De acordo com as disposições legais – alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º, do Código das Sociedades Comerciais – e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal vem submeter à apreciação de V. Exas., o seu Relatório e dar Parecer sobre os documentos de prestação de contas, os quais compreendem o Relatório de Gestão, a Demonstração do Rendimento Integral, o Balanço, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras, apresentadas pelo Conselho de Administração da sociedade LMCAPITAL WEALTH MANAGEMENT – EMPRESA DE INVESTIMENTOS, S.A. (doravante, abreviadamente, LMcapital ou Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou regularmente, durante o exercício de 2022, de forma pormenorizada e no âmbito das competências que lhe estão confiadas, o funcionamento da Sociedade, tendo, designadamente, realizado, sempre que se justificou ou se mostrou pertinente, reuniões com responsáveis da Sociedade e solicitado a estes, informações e esclarecimentos, e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes, ocorridos no exercício, tudo nos termos do disposto na legislação pertinente e aplicável.

Ao longo de todo o período, de modo análogo aos períodos anteriores, deve enaltecer-se, o inexcelável empenho, disponibilidade e colaboração, sempre patenteados pelo Conselho de Administração e demais departamentos da Sociedade, que prestaram a





este Conselho Fiscal, sem exceção, todos os esclarecimentos e disponibilizaram todas as informações solicitadas, respondendo de forma cabal a todas as questões que lhes foram suscitadas.

Entrando na apreciação subjacente a este relatório, cumpre referir que, em 2022, e tendo presente o contexto extremamente complexo e negativo vivido – ainda, de algum modo, afetado pela pandemia da COVID-19, surgida em 2020, e acrescido pelo surgimento do conflito que, desde fevereiro de 2022, assolou a Europa, em razão da invasão da Ucrânia, pela Rússia – ficou, uma vez mais, patente a notável capacidade demonstrada por toda a equipa da Sociedade, que conseguiu reter a esmagadora maioria dos clientes.

Naturalmente, com a descida significativa dos mercados, o total de ativos sob gestão sofreu uma redução que, ainda assim, foi contida dentro do possível, mas impediu o seu incremento, que se vinha verificando, desde o início de atividade da Sociedade.

Por outro lado, também em consequência dos factos tão relevantes acima descritos, o resultado do exercício de 2022, ainda que assinalável a todos os títulos, reduziu-se em cerca de 10%, relativamente ao de 2021.

De facto, o resultado líquido obtido pela LMcapital, em 2022, cifrou-se em € 1.988.217 (um milhão novecentos e oitenta e oito mil duzentos e dezassete euros) que compara com o atingido no ano anterior, de € 2.212.522 (dois milhões, duzentos e doze mil e quinhentos e vinte e dois euros), refletindo as enormes dificuldades apresentadas pelo ano de 2022, que, no entanto, foram contidas ao máximo, num período em que a coabitação do referido surto pandémico com o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, teve um impacto significativo nos comportamentos das pessoas e dos mercados.

Na realidade, foram sentidas alterações nas tendências de evolução de diversos setores e mercados, que revelaram um agravado clima de incerteza generalizado, com traduções diversas nos mercados financeiros, assinalando-se, além de outros aspetos, o



peso da inflação, a pressão sobre as taxas de juro e comportamentos muito diferentes dos esperados.

O ano de 2022 foi, pois, marcado por uma importante instabilidade, revelando comportamentos anteriormente não previstos, o que exigiu constante atenção e monitorização, tendo tudo sido feito, pela Sociedade e os seus responsáveis, para a minimização dos efeitos respetivos.

Relativamente aos principais elementos sobre a situação patrimonial da Sociedade, cumpre relevar a manutenção do rácio de solvabilidade em níveis adequados aos previstos pela regulamentação interna aplicável, que não foram postos em causa pelo montante da distribuição de dividendos proposta pela Administração, com a qual concordamos.

Salientamos ainda a criteriosa manutenção, por um lado, dos procedimentos de *compliance* aplicáveis, com a profundidade devida e, por outro, de uma estrutura adequada para fazer face às necessidades inerentes ao desenvolvimento da atividade, sem esquecer, ainda, a manutenção atualizada dos procedimentos de controlo interno que visam dar estrito cumprimento às medidas sobre branqueamento de capitais, cuja efetividade apreciamos.

Esta postura da Sociedade é tanto mais louvável, quanto é certo que, apesar de ter deixado de estar legalmente enquadrada como entidade de interesse público, decidiu manter e manteve, as suas políticas e procedimentos, nos seus múltiplos aspetos, inalteradas, com o objetivo de assegurar a prossecução e manutenção dos resultados verificados até à data.

Este Conselho efetuou ainda as verificações consideradas pertinentes e adequadas, ao nível da Demonstração do Rendimento Integral, o Balanço, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras, com referência ao exercício de 2022.





Adicionalmente, confirmámos a propriedade e consistência dos critérios valorimétricos utilizados, os quais merecem a nossa concordância.

Procedemos ainda a uma análise ao Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2022, constatando que o mesmo obedece ao disposto nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e aprofunda adequadamente os aspetos mais relevantes que caracterizaram a atividade da Sociedade, no período, entre outros mais abrangentes.

Apreciámos, igualmente, nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, a Certificação Legal das Contas, relativa ao exercício de 2022, datada de hoje, 21 de março de 2023, a qual foi emitida sem reservas, pela Senhora Dr.ª Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, Revisor Oficial de Contas, em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.

Os documentos de prestação de contas individuais, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Individuais, possibilitam, em nossa opinião, uma adequada compreensão da situação financeira em 31 de dezembro de 2022 e dos resultados e dos fluxos de caixa, no período findo nessa data, da LMcapital e satisfazem as disposições legais e estatutárias aplicáveis e em vigor.

Como resultado das ações de fiscalização levadas a efeito, somos de Parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão, a Demonstração do Rendimento Integral, o Balanço, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como as correspondentes Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras, e ainda a proposta de aplicação do resultado líquido, tal como apresentados pelo Conselho de Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Conselho Fiscal reforça, por último e novamente, o seu agradecimento ao Conselho de Administração e aos responsáveis pelos departamentos financeiro, de *compliance* e





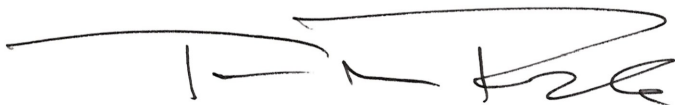
de risco da Sociedade, pela excelente colaboração e disponibilidade, que muito contribuíram para o bom desempenho das suas funções.

Lisboa, 21 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL



José Favila Vieira Leite Monteiro – Presidente



Pedro Miguel Branco Domingues de Abreu Rocha – Vogal



Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões – Vogal

